

JORNAL DO INTERIOR

Um olhar para o futuro dos municípios.



Eleições 2024: Inclusão e Acessibilidade

Nas eleições municipais de 2024, a inclusão será prioridade. A Justiça Eleitoral está comprometida em garantir que 1,4 milhão de eleitores com deficiência possam exercer seu direito ao voto de forma plena.

Entre as inovações, as urnas eletrônicas contarão com inteligência artificial, como a voz sintetizada de Letícia, que guiará eleitores com deficiência visual, e intérpretes de Libras na tela, facilitando a votação para quem tem deficiência auditiva. Além das tecnologias, a representatividade também é foco, com iniciativas para assegurar diversidade nas candidaturas. Segundo o analista político Wilson Pedroso, esses avanços são

fundamentais para uma democracia inclusiva, mas ele ressalta que ainda há desafios, como a necessidade de investimentos em acessibilidade física e transporte público adaptado, além de um compromisso mais profundo dos partidos políticos com a inclusão.

A verdadeira democracia ocorre quando todos têm as mesmas oportunidades de participar. **PÁG. 03**

A democracia só é plena quando todos os cidadãos possuem direitos e iguais e, principalmente, condições iguais para o exercício desses direitos

Tribunal Superior Eleitoral adotou uma série de medidas para garantir que esse público tenha condições necessárias para participar do processo eleitoral



Cortes de Contas e a mitigação de catástrofes

Controle externo reforça prevenção de desastres com gestão de riscos. **PÁGS. 06 e 07**



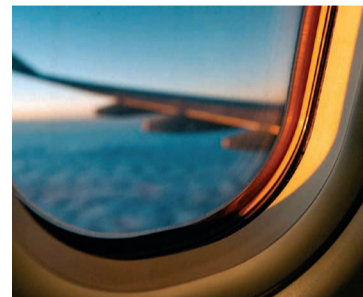
Transição energética ganha força no Brasil

São Paulo impulsiona eficiência energética e neutralidade de carbono. **PÁG. 08**



Lei Complementar 208 e a gestão de créditos

Nova lei facilita cessão de créditos e alivia o caixa dos municípios. **PÁG. 10**



Stopover amplia opções de turistas em SP

Conexões permitem visitar o estado por até três dias sem custo adicional. **PÁG. 14**



Lapidando Diamantes: empoderamento em ação

Projeto capacita mulheres em vulnerabilidade e fomenta empreendedorismo. **PÁG. 17**



Tecnologia guia propaganda eleitoral

Novas regras para a propaganda eleitoral, com a proibição de deepfakes e a exigência de transparência no uso de IA, prometem transformar as campanhas municipais, reforçar a ética e combater a desinformação. **PÁGS. 04 e 05**



São Paulo: referência em excelência

Toni Sando comenta a iniciativa Made in São Paulo, que simboliza qualidade e excelência, fortalece a economia estadual, promove a inovação e destaca produtos paulistas. **PÁG. 15**



Autonomia feminina em SP

Valéria Bolsonaro lidera Secretaria de Políticas para a Mulher em SP, focando em segurança e autonomia feminina. **PÁGS. 18 e 19**

JORNAL DO INTERIOR

Administração e Redação
Rua Pamplona, nº 1188 - Jd Paulista
Sala 81 - CEP: 01405-000
São Paulo - SP
Telefone: (11) 97585-5725

Diretor Responsável
Sebastião Misiara

Editora
Sílvia Melo

Supervisão
William Lopes

Diagramação
Núbia Barros

Projeto Gráfico
GEP Comunicação
gepcom.com.br
glauca@gepcom.com.br
Fone (11) 99100-3922

Produção Comercial e Conteúdo
WLS Produções de Vídeo Ltda.
wlsimprensa@gmail.com
CONEXÃO MUNICIPALISTA

Colaboradores

Eliria Buso
Jefferson Bote
Patrícia de Campos
Cláudia Costa

Departamento Jurídico

Dr João Costa
Dra Lívia Souza Sabino
Dr Rodrigo Antonio Correa
Dr Willians Kester

Circulação

645 municípios de São Paulo

Os artigos assinados representam a opinião dos autores.

O ponto de vista do jornal é expresso no editorial.

Site

www.uvesp.com.br

www.conexidades.com.br

www.jornaldointeriors.com.br

(11) 94585-5725



Fale com a UVESP

Sebastião Misiara
Presidente
misiara@uvesp.com.br

Sílvia Melo
Presidente Executiva
silviamelo@uvesp.com.br

Departamento Comercial
comercial@uvesp.com.br



Redes sociais UVESP



@uvesp.official



@jornal_do_interior



@misiarasebastiao

Youtube UVESP



www.youtube.com/uvesp



Impasses para a sustentabilidade

Inevavelmente, o resultado principal do fenômeno da exclusão social é a pobreza. Não apenas a disparidade entre pobres e ricos tem crescido nas últimas décadas, como também o número de famílias que vivem no limite da pobreza.

Hoje, a pobreza é um fenômeno global, atingindo cerca de bilhões de pessoas, cerca de 38% da população mundial.

No Brasil, um dos países onde as desigualdades são acentuadas, cerca de 56 milhões de pessoas vivem na pobreza, sendo que 16 milhões vivem na extrema pobreza.

Disparidades extremas na acumulação de riquezas ocorrem em grande escala e são particularmente visíveis nas grandes cidades, e não só por falta de renda para o auto sustento. Condições básicas para uma vida digna são a satisfação das necessidades alimentares, a moradia digna, educação, atendimento médico, recreação, lazer e acesso à informação.

Ainda é considerado fator prioritário a qualidade ambiental, ou seja, a disponibilidade de infraestrutura sanitária, o controle do nível de poluição e a degradação ambiental.

Da mesma forma que se registra um nível de vida descolado da realidade, também observamos um aumento da destruição e degradação e contaminação ambiental em todas as partes do planeta.

A transformação do ecossistema está ocorrendo numa velocidade alarmante se comparada a dados das décadas anteriores. A cada ano, milhões de hectares de terra produtiva são transformados em desertos sem uso. O desmatamento das florestas continua, não obstante o policiamento governamental.

Existe, com certeza, relação direta entre pobreza e degradação, o que demonstra claramente que a questão ambiental é eminentemente social. Porém, a pobreza pela falta de mínimas

condições de esgoto e água é apenas um dos fatores. Políticas públicas, em muitos lugares, determinam a degradação do meio ambiente.

Uma outra forma de desigualdade está relacionada às disparidades existentes entre gerações atuais e futura, pois, mesmo com a luta diária de especialistas em meio ambiente, estamos transformando as consequências negativas dos impactos ambientais do atual sistema de produção e consumo para as futuras gerações, privando-as do usufruto das riquezas naturais que nossa geração está explorando.

Desenvolvimento sustentável que é o que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de futuras gerações satisfazerem suas necessidades.

Conhecendo a situação nas periferias urbanas e rurais, dá para entender os processos que levam à exclusão e a degradação ambiental, problema que não é somente das grandes cidades.

O Conexidades, em São Sebastião, procurou levar à reflexão prefeitos, vereadores, secretários municipais e estudiosos, em painéis específicos sobre a questão da sustentabilidade e o meio ambiente.

Por isso, deve-se comemorar o novo Marco Legal do Saneamento Básico. Estando com ele, entendendo a necessidade de contar com a iniciativa privada, poderemos adotar medidas para o desenvolvimento socioeconômico, o equilíbrio ambiental e o respeito a todas as formas de vida.

Implantando vigorosamente programas de educação ambiental, proteção dos nossos mananciais, adaptados às necessidades da realidade local, água tratada, esgotamento correto, diminuiremos dificuldades impostas à pobreza extrema.

No centro de tudo isso, encontrar-se-á verdade elementar de que o centro de todo desenvolvimento deve ser a pessoa humana. 🌱

Eleições 2024: inteligência artificial e novas tecnologias levam acessibilidade aos brasileiros

Novas medidas da Justiça Eleitoral garantem direitos a 1,4 milhão de eleitores com deficiência

A inclusão nas eleições municipais de 2024 tem sido uma prioridade para a Justiça Eleitoral brasileira, que busca assegurar que todos os cidadãos possam exercer plenamente o seu direito ao voto. Com o aumento significativo de eleitores que declararam ter algum tipo de deficiência, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) adotou uma série de medidas para garantir que esse público tenha as condições necessárias para participar do processo eleitoral.

De acordo com estatísticas do TSE, em 2024, 1,4 milhão de eleitores declararam possuir algum tipo de deficiência e necessitar de condições especiais para votar, um aumento de 25% em relação a 2020. Em resposta a esse crescimento, a Justiça Eleitoral tem intensificado esforços para tornar o processo eleitoral cada vez mais inclusivo. Entre as principais medidas está a abertura do prazo para que eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida solicitem transferência temporária de seção eleitoral, um benefício que também se estende a outros grupos, como indígenas, quilombolas e moradores de assentamentos rurais.

Tecnologia

Além disso, uma das inovações mais destacadas para as eleições de 2024 é o uso da Inteligência Artificial para auxiliar eleitores com



Wilson Pedrosa avalia o impacto das novas tecnologias na inclusão das eleições 2024



Justiça Eleitoral brasileira investe em novas ferramentas de inclusão nas urnas eletrônicas

deficiência visual. A partir deste ano, as urnas eletrônicas contarão com uma voz sintetizada, chamada Letícia, que guiará o eleitor durante o processo de votação. A ferramenta informará o cargo em votação, os números digitados e o nome do candidato escolhido, proporcionando maior autonomia e preservando o sigilo do voto. As urnas também estarão equipadas com um intérprete de Libras, que aparecerá na tela para orientar eleitores com deficiência auditiva.

Dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) apontam que 418.220 dos eleitores possuem deficiências auditiva e visual, bem como alegam ter dificuldades para o exercício do voto. Ou seja, eles representam 26,01% do eleitorado brasileiro com deficiência e, com essas novidades, poderão contar com recursos de acessibilidade da urna eletrônica.

Segundo o analista político e consultor eleitoral Wilson Pedrosa, os recursos tecnológicos, especialmente os mais recentes, com maior propagação do uso da Inteligência Artificial, permitiram avanços importantes para a inclusão dos eleitores com deficiência. "A democracia só é plena quando todos os cidadãos possuem direitos e iguais e, principalmente,

A partir deste ano, as urnas eletrônicas contarão com uma voz sintetizada, chamada Letícia, que guiará o eleitor durante o processo de votação.

condições iguais para o exercício desses direitos. Nesse sentido, a Justiça Eleitoral brasileira acerta à medida em que investe em novas ferramentas de inclusão nas urnas eletrônicas", afirma.

Participação ativa

Além das inovações tecnológicas, a Justiça Eleitoral tem se concentrado em ampliar a representatividade nas candidaturas, com medidas que incluem o controle da destinação de recursos para candidaturas negras e a exigência de diversidade de gênero nas listas dos partidos.

Nesse sentido, Pedrosa destaca que a inclusão requer também mudanças estruturais e legislativas. "Para melhorar ainda mais a experiência dos eleitores com deficiência, seriam necessários investimentos também em outras áreas, que não exigem uso de tecnologia, mas vontade política.

Refiro-me, por exemplo, a obras de acessibilidade nos prédios que abrigam a votação, assim como em seu entorno", aponta. Ele também enfatizou a importância de garantir transporte público adaptado no dia da votação, o que exige uma colaboração mais estreita entre os municípios e a Justiça Eleitoral.

Por fim, apesar dos avanços, Pedrosa observa que os desafios persistem, especialmente dentro dos próprios partidos políticos. "Muitas vezes, esses candidatos são lançados apenas com o intuito de cumprimento às obrigações legais. É importante que os partidos tratem de forma igualitária todas os cidadãos que compõem as chapas", conclui.

Vale lembrar que o Ministério Público fiscaliza a acessibilidade de todos os eleitores para que possam exercer o direito ao voto, podendo provocar a Justiça Eleitoral e agir nos casos em que haja violação desse direito. Caso o cidadão tenha conhecimento de fatos impeditivos ao exercício do voto pelas pessoas com deficiência, ele poderá denunciá-los por meio da Ouvidoria do MP de seu estado. 🗳️

Eliria Buso
uvesp@uvesp.com.br

Propaganda eleitoral: Deepfakes transformam

Com foco na transparência, pleito de 2024



Combate à desinformação é um dos principais desafios desse pleito municipal

A propaganda eleitoral nas eleições municipais de 2024, que teve início oficial em 16 de agosto, marca o começo de uma fase crucial para as candidaturas. Este período é destinado à apresentação das propostas e ideias de candidatos e candidatas aos eleitores, sendo regulamentado pela Resolução nº 23.610/2019 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com as recentes atualizações introduzidas pela Resolução nº 23.732/2024. Essas mudanças refletem as novas realidades tecnológicas, incluindo restrições ao uso de deepfakes e a exigência de transparência no uso de inteligência artificial (IA).

Esta é a sua primeira edição, que será atualizada anualmente a partir de 2024, permitindo comparações temporais de desempenho socioambiental. O índice é dividido em três divisões principais: necessidades humanas básicas, fundamentos para o bem-estar e oportunidades, cada uma composta por quatro componentes que formam a média final, variando de 0 a 100.

Cada dimensão é composta por diversos indicadores, como acesso à educação, saúde, saneamento básico, segurança, meio ambiente e liberdade individual. No relatório divulgado, foram utilizados mais de 300 indicadores para avaliar os 5.570 municípios brasileiros, com base em dados oficiais e de instituições renomadas.

Regras e restrições da propaganda eleitoral

A cartilha publicada pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) resume as condutas permitidas e proibidas durante a campanha eleitoral. A publicidade pode ser realizada em diversas plataformas, como internet, imprensa escrita, veículos e propriedades particulares, desde que obedecidas as regras estabelecidas. Uma novidade importante é a proibição do uso de deepfakes, que são conteúdos manipulados digitalmente com IA para falsificar vozes ou imagens humanas, visando à desinformação. Além disso, o uso de IA na

propaganda eleitoral deve ser claramente identificado.

A legislação também regula o uso de robôs, ou chatbots, na interação com o eleitorado, proibindo a simulação de diálogos com candidatos ou outras pessoas. Qualquer manipulação digital que difunda notícias falsas, com potencial para prejudicar o equilíbrio do pleito ou a integridade do processo eleitoral, está sujeita a sanções severas.



Paulo Hamilton comenta que o maior desafio jurídico hoje é identificar com rapidez as fake news

Propaganda na internet e redes sociais

A internet se consolidou como uma plataforma central para a propaganda eleitoral, permitindo a divulgação em blogs, páginas pessoais, redes sociais e aplicativos de mensagem instantânea. A contratação de disparos em massa de conteúdo, contudo, é proibida, assim como qualquer propaganda eleitoral paga na internet, exceto o impulsionamento de conteúdos, que deve ser claramente identificado e contratado por candidatos, partidos ou federações.

Essa modalidade de publicidade digital, popularizada nas últimas eleições, permite que os conteúdos das campanhas alcancem um público mais amplo e direcionado. No entanto, as plataformas que prestam esses serviços têm a obrigação de manter um repositório público e atualizado em tempo real com todas as informações relevantes sobre os anúncios impulsionados, como valores pagos e responsáveis pelo conteúdo. Essa medida visa garantir a transparência e permitir o controle social.

Desafios da inteligência artificial e fake news

Com o avanço da tecnologia, o uso de IA na produção e disseminação de conteúdo tornou-se uma preocupação crescente. A legislação eleitoral brasileira já prevê penalidades para a disseminação de infor-

novas regras de IA e as campanhas municipais

traz novidades para combater a desinformação

mações falsas ou enganosas. Paulo Hamilton, advogado e ex-juiz do TRE-SP, explica: "a legislação eleitoral brasileira prevê penalidades para a disseminação de informações falsas ou enganosas, e a justiça eleitoral tem ampliado seu entendimento para incluir novas formas de manipulação digital. Além das consequências jurídicas, o uso de deepfakes também pode gerar repercussões éticas e danificar a imagem pública dos envolvidos. O TSE, recentemente, alterou a Resolução nº 23.610/2019 que trata de propaganda eleitoral, em que regulou o uso da inteligência artificial (IA) na propaganda de partidos, coligações, federações partidárias, candidatas e candidatos nas Eleições Municipais de 2024. Em que tratou da proibição das deepfakes; obrigação de aviso sobre o uso de IA na propaganda eleitoral; restrição do emprego de robôs para intermediar contato com o eleitor (a campanha não pode simular diálogo com candidato ou qualquer outra pessoa); e responsabilização das big techs que não retirarem do ar, imediatamente, conteúdos com desinformação, discurso de ódio, ideologia nazista e fascista, além dos antidemocráticos, racistas e homofóbicos".

Entretanto, a identificação e remoção rápida de fake news continuam a ser um dos principais desafios enfrentados pelos órgãos reguladores. Hamilton destaca que o maior desafio jurídico é identificar com rapidez as notícias falsas e sua exclusão imediata dos meios digitais. A justiça eleitoral tem reforçado sua atuação para garantir que essas notícias sejam retiradas dos meios digitais com a maior celeridade possível, evitando danos irreparáveis ao processo eleitoral.

Mídias tradicionais

Embora a internet seja o foco principal das campanhas modernas, a imprensa escrita, o rádio e a televisão ainda desempenham papéis significativos na divulgação das candidaturas. A legislação permite a publicação de até dez anúncios de propaganda eleitoral por veículo na imprensa escrita, com limites de espaço por edição e a necessidade de divulgação visível dos valores pagos. Já o horário eleitoral gratuito, que será veiculado entre 30 de agosto e 3 de outubro, continua sendo uma importante plataforma para que candidatos alcancem o eleitorado em massa.

Consequências legais para a manipulação digital

As consequências legais para candidatos e partidos que utilizam deepfakes ou outras formas de manipulação digital são graves. A legislação eleitoral prevê penas que podem incluir reclusão e multa, dependendo das circunstâncias específicas. Se comprovado que a manipulação digital interferiu no resultado da eleição, o Ministério Público Eleitoral pode pedir a cassação do candidato ou a declaração de inelegibilidade, entre outras sanções.

Paulo Hamilton observa que: "a criação e divulgação de deepfakes e as outras formas de manipulação de digital, pode configurar diversos tipos de crimes, especialmente relacionados à honra, como calúnia, difamação ou injúria, resultando em pena de reclusão e multa, dependendo das circunstâncias específicas de cada caso, nos termos do art. 323 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965). Se ficar comprovado que a conduta irregular também caracterizou abuso de poder econômico e interferiu no resultado da eleição, o MP Eleitoral pode pedir, ainda, a cassação do candidato ou a

Lives e outras formas de publicidade digital

A realização de lives eleitorais é permitida pela legislação, desde que as mesmas regras aplicáveis à propaganda na internet sejam observadas. Isso inclui a proibição de transmissão ou retransmissão em sites, perfis ou

As lives têm se mostrado uma ferramenta poderosa para candidatos se conectarem diretamente com o eleitorado

canais de pessoas jurídicas e por emissoras de rádio e televisão. As lives têm se mostrado uma ferramenta poderosa para candidatos se conectarem diretamente com o eleitorado, oferecendo um espaço para discussões ao vivo sobre suas propostas e interações em tempo real com os cidadãos.

Paulo Hamilton observa que: "a criação e divulgação de deepfakes e as outras formas de manipulação de digital, pode configurar diversos tipos de crimes, especialmente relacionados à honra, como calúnia, difamação ou injúria, resultando em pena de reclusão e multa, dependendo das circunstâncias específicas de cada caso, nos termos do art. 323 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965). Se ficar comprovado que a conduta irregular também caracterizou abuso de poder econômico e interferiu no resultado da eleição, o MP Eleitoral pode pedir, ainda, a cassação do candidato ou a



declaração de inelegibilidade, entre outras sanções".

Transparência e ética

A justiça eleitoral brasileira tem adotado medidas rigorosas para garantir a transparência e a ética na propaganda eleitoral, especialmente no contexto das campanhas municipais, que tendem a ter menos visibilidade e recursos em comparação com as campanhas estaduais e federais. A regulamentação atual exige que todos os conteúdos impulsionados sejam claramente identificados e que os provedores mantenham um repositório atualizado e acessível.

"Embora a regulamentação atual tenha sido eficaz em vários aspectos, deverá ocorrer o investido e aprimoramento de programas mais eficazes afim de constatar com mais exatidão e celeridade as deepfakes. Nessa seara, importante salientar, que as campanhas municipais têm menos visibilidade e recursos, em comparação com as campanhas estaduais e federais, frente a isso dois artigos acrescentados no texto de Lei trazem importante contribuição para coibir a desinformação e a propagação de notícias falsas durante as eleições. O artigo 9º-C proíbe a utilização, na propaganda eleitoral, 'de conteúdo fabricado ou manipulado para difundir fatos notoriamente inverídicos ou descontextualizados com potencial para causar danos ao equilíbrio do pleito ou à integridade do processo eleitoral', sob pena de caracterizar abuso de utilização dos meios de comunicação, acarretando cassação do registro ou do mandato, bem como apuração das responsabilidades, nos termos do artigo 323 do Código Eleitoral e, o art. 9º-E estabelece a responsabilização solidária dos provedores, de forma civil e administrativa, caso não retirem do ar, imediatamente, determinados conteúdos e contas, durante o período eleitoral", ressalta o advogado.

Eliria Buso
uvesp@uvesp.com.br

O controle externo na prevenção

Como a fiscalização e orientação dos

No candente contexto da ocorrência de desastres ambientais que recentemente assolaram o país, foram editadas, no mês de junho deste ano, duas normas que complementam a legislação ambiental e urbana vigente, além da Política de Proteção e Defesa Civil, em prol da gestão de riscos e respostas a catástrofes da espécie: o Decreto federal nº 12.041/24, que estabelece o Programa Cidades Verdes Resilientes, e a Lei federal nº 14.904/24, que determina a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima para todos os entes federativos.

Apesar da novidade desses diplomas normativos, o tema em si não é novo. No plano internacional, Conferências das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres ao longo de décadas jogaram luzes para a importância de políticas públicas voltadas, inicialmente, para ações de resposta e reparação de danos de desastres e, em seguida, para a gestão do risco e fomento da resiliência.

Dois pontos podem ser destacados dessa abordagem: o primeiro são as evidências de que os gastos com ações de resposta e reparação superam em larga escala as despesas com prevenção. Nesse aspecto, vale mencionar que reportagem da Folha de S. Paulo apurou gastos do governo federal de R\$ 1,05 bilhão para fazer frente a consequências de desastres em 2023, enquanto apenas R\$ 36 milhões foram gastos com prevenção.

O segundo ponto é reconhecer que os desastres não são, em sua maioria, eventos imprevisíveis, sobretudo com o avanço tecnológico e aprimoramento das ciências meteorológicas, no caso de crises climáticas. Na realidade, o desastre ambiental resulta da interação entre concomitantes riscos e vulnerabilidades, agravada por falhas regulatórias. Daí a relevância da elaboração de políticas públicas que facilitem a gestão de riscos e evitem retrocessos socioambientais.

Apesar de não ser o formulador das políticas públicas, o controle externo está diretamente envolvido com essa missão. Os Tribunais de Contas rotineiramente analisam as despesas dos governos com a prevenção e a resposta aos desastres, tecendo recomendações e orientando quanto à previsão desses dispêndios nas leis orçamentárias, em especial para o fim de torná-las mais consistentes no pla-



Controle externo fortalece a gestão de riscos e promove a resiliência nas cidades

O índice ainda demonstra que 942 municípios não mapearam áreas de risco de desastres em seus territórios até o ano de 2022

nejamento de longo prazo e, assim, mitigar o impacto dos danos.

O caráter pedagógico dos Tribunais de Contas ganha força com inúmeras ferramentas postas à disposição dos gestores e que fortalecem também o controle social, a exemplo, o Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEG-M Brasil. Diversos de seus quesitos estão em harmonia com as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

No que se refere à temática aqui tratada, duas áreas do IEG-M ganham destaque: i-Ambiental e i-Cidades. Em coleta desses dados realizada em 2022 e divulgada neste ano de 2024, foi possível identificar o quão defasados ainda estamos na preparação e na

resposta aos desastres.

De se destacar que, do total de 2.239 municípios respondentes ao IEG-M Brasil, a média do i-Amb foi a nota C, ou seja, baixo nível de adequação.

Detalhando um pouco mais os seus quesitos, pode-se identificar, como ponto de atenção, que 679 municípios não participaram de nenhum programa de educação ambiental em 2022.

No que toca aos aspectos de planejamento, 548 não editaram um Plano Municipal de Saneamento Básico e, daqueles que o fizeram e que monitoram suas metas, 20% não possui nenhum cronograma com relação a essas metas. Dos 80% que o possuem, 53% não conseguem cumprir os prazos ou atingem poucas das metas previamente estabelecidas.

Já no que se refere aos resíduos sólidos, a situação também é alarmante: 718 municípios ainda não possuem um Plano Municipal de Resíduos Sólidos, em total descompasso com a Lei federal nº 12.305/2010 e indicando completo despreparo para gerir os resíduos dos próprios desastres.

Quanto ao i-Cidades, os dados revelam que dos 2.239 municípios, apenas 1 preencheu a qualificação B+ (muito efetiva), tendo todos os demais igualmente aparecido na faixa de conceito C (baixo nível de adequação).

Nesse ponto, é de surpreender que, se por um lado, 78% dos municípios estruturaram suas equipes da Defesa Civil com uma Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, 55% não capacita seus agentes.

O índice ainda demonstra que 942 municípios não mapearam áreas de risco de desastres em seus territórios até o ano de 2022, a despeito da correspondente determinação no artigo 42-A do Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/01). Ademais, 472 municípios não possuem mecanismos para proibir novas ocupações de áreas de risco, perpetuando não apenas vulnerabilidades para perdas de vidas e de bens no caso de um desastre, como também problemas de moradia digna.

Há de se destacar que 1.226 municípios informam a população sobre áreas de risco, sendo as divulgações majoritariamente feitas por meio das

de desastres ambientais

Tribunais de Contas podem evitar retrocessos

redes sociais. Por outro lado, 988 não possuem um canal de atendimento de emergência para a ocorrência de desastres, sendo que a maior parte dos que o possuem utiliza o telefone. Além disso, 621 não possuem sistema de alarme.

Esses dados denotam que aspectos básicos da estruturação da defesa civil são precários, estando os municípios carentes de ações mínimas de prevenção e resposta diante de eventos adversos da natureza, situação que não deve perpetuar, além de estar em completo descompasso com a legislação vigente e com as premissas do direito às cidades resilientes.

O diagnóstico, porém, é reversível e depende de boas ações de planejamento e execução orçamentária. O IEG-M Brasil, nesse aspecto, é um importante aliado dos gestores para evidenciar as prioridades de atuação e constitui ele próprio, por meio de seus quesitos, uma espécie de norte de atuação em prol da sustentabilidade. A ferramenta é acessível a todos por meio do link: <https://iegm.irbcontas.org.br/> e aqui fica o nosso convite a esse acesso, visando ao aprimoramento das políticas públicas, da gestão orçamentária e dos riscos ambientais, a fim de pouparmos não só recursos financeiros, mas principalmente, vidas. 🇧🇷



Cristiana de Castro Moraes, Conselheira-Corregedora do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo Presidente do Comitê Técnico de Avaliação de Indicadores de Gestão Pública – IEG-E/IEG-M e Vice-Presidente de Desenvolvimento e Políticas Públicas do Instituto Rui Barbosa – IRB; Membro do Comitê Técnico de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Instituto Rui Barbosa - IRB



Manuela Prado Leitão, Assessora Técnica de Gabinete do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; Assistente Técnica do Comitê Técnico de Meio Ambiente e Sustentabilidade - IRB; Pós-Doutora pelo Centro de Síntese USP Cidades Globais, IEA/USP

REFERÊNCIAS:

FARBER, Daniel. Disaster Law and emerging issues in Brazil. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD), 4 (1): p. 2-15, jan-jun. 2012.
FOLHA DE S. PAULO. Caderno Cotidiano. "Só 3% dos gastos do governo Lula com gestão de desastres vão para prevenção". Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/01/so-3-dos-gastos-do-governo-lula-com-gestao-de-desastres-vaio-para-prevencao.shtml>. Acesso em 9 jul. 2024.
LEITÃO, Manuela Prado; MALHEIROS, Tadeu Fabrício. Dos Riscos à Sustentabilidade Sistêmica: o necessário uso de indicadores pelos gestores públicos. Disponível em: <http://www.iaa.usp.br/pequisa/projetos-institucionais/usp-cidades-globais/artigos-digitais/dos-riscos-a-sustentabilidade-sistematica-o-necessario-uso-dos-indicadores-pelos-gestores-publicos>. Acesso em 9 jul. 2024.
MALHEIROS, Tadeu Fabrício; COUTINHO, Sonia Maria Viggiani; PHILIPPI JR, Arlindo. Indicadores de sustentabilidade: uma abordagem conceitual. IN: PHILIPPI JR, Arlindo; MALHEIROS, Tadeu Fabrício (Ed.). Indicadores de Sustentabilidade e Gestão Ambiental. cap. 2, p. 31-76. Barueri: Manole, 2012.
PINTO, Élda Graziane. Não é sustentável gerir mudança climática por crédito extraordinário. CONJUR, 14/05/2024. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-mai-14/nao-e-sustentavel-gerir-mudanca-climatica-por-credito-extraordinario/>. Acesso em 20 maio 2024.
UNDRR - Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres. Disponível em: <https://www.undrr.org/>. Acesso em: 09 jul. 2024.

Especialização Gratuita para Gestores e Servidores Públicos!

Cursos de curta duração focados em resultados rápidos e tangíveis. Aprenda com especialistas renomados e aplique novos conhecimentos na sua prática diária.

Assesse: www.om30class.com.br

1. Cf. <https://www.undrr.org/>. Acesso em 09/07/2024. | 2. Cf. PINTO, Élda Graziane. Não é sustentável gerir mudança climática por crédito extraordinário. CONJUR, 14/05/2024. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-mai-14/nao-e-sustentavel-gerir-mudanca-climatica-por-credito-extraordinario/>. Acesso em 20/05/2024. | 3. FOLHA DE S. PAULO. Caderno Cotidiano. "Só 3% dos gastos do governo Lula com gestão de desastres vão para prevenção". 19/01/2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/01/so-3-dos-gastos-do-governo-lula-com-gestao-de-desastres-vaio-para-prevencao.shtml>. Acesso em 09/07/2024. | 4. FARBER, Daniel. Disaster Law and emerging issues in Brazil. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD), 4 (1): p. 2-15, jan-jun. 2012.

São Paulo lidera iniciativas sustentáveis para neutralidade de carbono

Novo Fundo de Aval de Eficiência Energética promete destravar investimentos até 2050



A energia renovável é um dos focos do Governo do Estado para os próximos anos

A transição energética é um processo fundamental para o desenvolvimento sustentável, visando substituir fontes de energia fósseis por alternativas mais limpas e renováveis. No Brasil, o Estado de São Paulo destaca-se como um dos principais polos de implementação de energias renováveis, impulsionado por iniciativas que buscam não apenas a neutralidade de carbono, mas também a criação de um ambiente propício para o crescimento econômico sustentável.

Recentemente, o Governo Federal, por meio do Ministério de Minas e Energia, lançou o programa H2 Brasil, voltado para a expansão do uso do hidrogênio verde, um dos combustíveis mais promissores para a transição energética, especialmente na indústria e no setor de transportes. São Paulo, reconhecido por seu protagonismo no uso de energias renováveis, participa ativamente desse programa, com a InvestSP, agência de promoção de investimentos do Estado, desempenhando um papel crucial.

A InvestSP foi convidada a integrar o grupo de especialistas responsável por desenvolver os estudos que fundamentam o H2 Brasil. O especialista em Transição Energética, Davi Lopes, representou a agência nos trabalhos, focando na análise dos aspectos socioeconômicos do programa. Lopes destaca a importância de uma transição energética justa, que leve em consideração as realidades locais de cada

região do país, permitindo a avaliação dos impactos econômicos resultantes da mudança da matriz energética.

Os estudos que embasam o programa H2 Brasil foram divididos em quatro segmentos principais: Planejamento Energético, Regulação e Certificação, Aspectos Socioambientais da Cadeia Produtiva de Hidrogênio Verde, e Mercado e Financiamento no Brasil. Cada uma dessas áreas aborda aspectos fundamentais para a implementação do hidrogênio verde no país, visando assegurar que a transição para essa nova matriz energética seja feita de maneira estruturada e sustentável.

O que é hidrogênio verde

O hidrogênio verde é produzido por meio de eletrólise da água, utilizando-se eletricidade proveniente de fontes renováveis. Esse processo é



Hidrogênio verde pode auxiliar no combate às mudanças climáticas

A InvestSP foi convidada a integrar o grupo de especialistas responsável por desenvolver os estudos que fundamentam o H2 Brasil

Estado com a sustentabilidade.

Um dos marcos recentes nessa trajetória é a criação do Fundo de Aval de Eficiência Energética (FAEE). Lançado em junho de 2024, o fundo visa facilitar o acesso de pequenas e médias empresas a financiamentos para projetos de eficiência energética, transição para fontes limpas de energia e modernização tecnológica. O FAEE, criado com um aporte inicial de 8 milhões de euros, captados junto à Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ), tem potencial para alavancar cerca de R\$ 420 milhões em investimentos, viabilizando a execução de 425 projetos em São Paulo.

O objetivo do FAEE é apoiar iniciativas que possam reduzir o consumo de energia e mitigar a emissão de gases de efeito estufa (GEE). Espera-se que os projetos apoiados por esse fundo economizem mais de 7 TWh no consumo de energia até 2025, o equivalente a mais que o dobro do consumo de energia elétrica da cidade de Campinas. Além disso, estima-se que essas ações contribuam para a redução de 1,1 milhão de toneladas de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera.

Atuação de São Paulo

No contexto estadual, São Paulo tem implementado diversas políticas para aumentar a participação de energias renováveis em sua matriz energética. Segundo dados da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), a participação de energias renováveis na matriz energética do estado subiu de 61,4% para 63,9% entre os anos de 2021 e 2022. Essa é a melhor marca registrada desde 2017 e reflete o compromisso do

considerado sustentável, pois não gera emissões de gases de efeito estufa. Em contraste, outras formas de hidrogênio, como o azul e o cinza, são produzidas a partir de fontes fósseis e são associadas a emissões significativas de carbono, tornando-as menos viáveis para a transição energética global.

“Com a operacionalização desse fundo, estamos dando mais um importante passo para impulsionar a descarbonização almejada nos nossos planos de Ação Climática e de Energia e tornar as pequenas e médias indústrias paulistas mais competitivas, reduzindo custos operacionais e promovendo a geração de emprego e renda”, afirma a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende.

Eliria Buso
uvesp@uvesp.com.br

Plano Estadual de Resiliência busca combater efeitos da estiagem prolongada em 2024

Ações preventivas são delineadas para minimizar os impactos das secas no território paulista

O Governo do Estado de São Paulo publicou no final de julho um decreto que institui o Plano Estadual de Resiliência à Estiagem – SP Sempre Alerta, com diretrizes e ações de prevenção, mitigação e resposta aos impactos da estiagem prolongada em 2024.

A estiagem é um fenômeno climático caracterizado por um período prolongado de baixa ou nenhuma precipitação, resultando em um déficit hídrico que afeta diversos setores da sociedade. Seus impactos podem ser severos, incluindo a escassez de água potável, prejuízos à agricultura e pecuária, aumento do risco de incêndios florestais, problemas de saúde relacionados à baixa umidade do ar e até mesmo impactos na geração de energia.

Este fenômeno pode ser causado por diversos fatores, como variações climáticas naturais, desmatamento, mudanças no uso do solo e até mesmo o aquecimento global. E suas consequências podem se estender por meses ou até anos, afetando a economia, o meio ambiente e a qualidade de vida da população.

Objetivos do plano

O Plano Estadual de Resiliência à Estiagem – SP Sempre Alerta tem como principal objetivo garantir o fornecimento contínuo de água potável à população, mesmo em períodos de escassez hídrica. Além disso, o plano visa apoiar a atividade agrícola nas regiões afetadas, incentivando a adesão dos municípios a planos de



Estiagem impacta atividades do agronegócio principalmente no interior do estado

contingência e programas de saneamento, como o Universaliza SP, da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística.

A iniciativa busca integrar políticas e programas estaduais de resiliência climática já em andamento, promovendo uma abordagem abrangente e coordenada para enfrentar os desafios da estiagem. O projeto também prevê a possibilidade de parcerias com municípios, consórcios municipais, entidades públicas e privadas,

além de outros poderes e esferas de governo, para a implementação de programas e ações preventivas e de resposta à estiagem.

Eixos de ação

O plano de ação se estrutura em três eixos principais: prevenção, resposta imediata e comunicação.

A prevenção foca em preparar e equipar equipes de combate a incêndios, aprimorar a gestão dos recursos hídricos, com fiscalização e incentivo ao reúso, e conscientizar a população sobre o uso racional da água. A resposta imediata visa fornecer ajuda humanitária às áreas afetadas, apoiar municípios no combate a incêndios e no restabelecimento do abastecimento de água, além de emitir alertas e facilitar o acesso a água potável em emergências.

Por fim, a comunicação busca promover o uso consciente da água, a prevenção de incêndios e doenças, além de informar a população sobre os impactos da estiagem e as ações do governo, utilizando diversos canais para alcançar diferentes públicos.

Monitoramento e avaliação

O decreto também prevê a criação de um Comitê Gestor, coordenado pela Secretaria da Casa Civil, que será

Este fenômeno pode ser causado por diversos fatores, como variações climáticas naturais, desmatamento, mudanças no uso do solo e até mesmo o aquecimento global

responsável por monitorar, avaliar e revisar o plano. O comitê contará com a participação de diversas secretarias estaduais, garantindo uma abordagem multidisciplinar e integrada na gestão da crise hídrica.

O Plano Estadual de Resiliência à Estiagem representa um importante passo na preparação do estado de São Paulo para enfrentar os desafios da estiagem prolongada. A combinação de ações preventivas, respostas imediatas e comunicação eficaz busca minimizar os impactos da escassez hídrica, garantindo o abastecimento de água, apoiando a agricultura e promovendo a conscientização da população sobre o uso responsável dos recursos hídricos.

Eliria Buso
uvesp@uvesp.com.br



Projeto tem ações como estímulo ao consumo consciente e apoio aos municípios crédito Governo do Estado de São Paulo

LC 208/2024: alívio técnico para o caixa dos municípios

Nova legislação surge como solução para os municípios enfrentarem a recuperação de créditos



Esse é um novo passo importante nas práticas de gestão de créditos públicos

O Presidente da República sancionou a Lei Complementar 208, que traz alterações significativas à Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e à Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional). Essa nova legislação dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação, estabelecendo um marco inovador para a gestão e recuperação de créditos públicos.

A Lei Complementar 208/2024 amplia o escopo da legislação vigente ao permitir que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios criem leis específicas para promover a cessão onerosa de créditos tributários e não tributários a pessoas jurídicas de direito privado. Essas entidades poderão ser sociedades de propósitos específicos (SPE) ou fundos de investimento regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essa medida visa facilitar a capitalização dos entes federativos e otimizar a recuperação de valores que, de outra forma, poderiam permanecer inadimplidos, além do alto custo gerado pelas execuções fiscais.

A nova lei é uma resposta direta às dificuldades que os Municípios têm enfrentado na cobrança de seus créditos. Com a introdução de mecanismos mais flexíveis e eficazes, a legislação busca resolver os obstáculos encontrados nas soluções extra-

A nova lei é uma resposta direta às dificuldades que os Municípios têm enfrentado na cobrança de seus créditos

judiciais. A Lei Complementar 208/2024 não apenas estabelece a natureza onerosa da cessão de créditos, mas também permite a constituição de Sociedades de Propósito Específico (SPE) no setor privado em colaboração com os entes federativos. Esta abordagem promete uma gestão mais eficiente dos créditos e a destinação específica dos recursos obtidos através dessas cessões.

Além disso, a lei prevê a criação de uma janela de oportunidade de 90 dias para que as operações de cessão sejam concretizadas antes do término do mandato dos chefes do poder executivo. Esse prazo é crucial para garantir que as operações estruturadas de cessão de créditos sejam realizadas de forma eficaz, proporcionando alívio financeiro significativo para os Municípios.

O impacto da Lei Complementar 208/2024 poderá ser profundamente positivo para os Municípios, oferecendo uma alternativa mais robusta para a recuperação de créditos e possibilitando um aumento nas receitas. Com isso, será possível fortale-

cer a execução de políticas públicas e investir em áreas essenciais para o desenvolvimento local. A lei pode também estimular a criação de novas parcerias entre o setor público e o privado, aproveitando a expertise e os recursos do mercado financeiro para melhorar a gestão fiscal e tributária.

Em suma, a Lei Complementar 208/2024 representa um passo importante na modernização e inovação das práticas de gestão de créditos públicos. A implementação das novas disposições será fundamental para aprimorar a arrecadação, promover um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável, e contribuir para a melhoria das finanças públicas em todo o país. A análise detalhada das mudanças propostas e sua aplicação prática serão cruciais para avaliar a eficácia e o sucesso dessa legislação em enfrentar os desafios financeiros enfrentados pelos entes federativos.

Os poderes legislativos municipais, estaduais, distrital e federal cumprirão papéis determinantes e fundamentais para a eficácia e eficiência desta nova legislação. Há de serem editadas leis específicas visando a criação dos proce-

dimentos operacionais, como definições de margem de desconto a serem ofertados para a iniciativa privada, prazo de pagamento, dentre outras providências.

Há, no entanto, uma imprescindível necessidade do Poder Legislativo em atuar em absoluta consonância com o Poder Executivo a fim de que se possa evitar, eventuais, colidências de prerrogativas legais, privilegiando-se, assim, as melhores práticas jurídicas e republicanas para o tema.



Dr. Hebert Chemicatti
Presidente da Chemicatti Advogados

Um hotel seguro para te receber!

O The World Hotels Vila Olímpia conta com rigorosos protocolos de higienização para receber você com toda segurança, que é tão importante neste momento.

Biodescontaminação

Elimina 99,999% dos vírus e bactérias

Faça a sua reserva com tranquilidade!

www.theworld.com.br

+55 (11) 3049.6941
+55 (11) 3049.6933
reservas@theworld.com.br

Nos preocupamos com o seu bem estar!

[@theworldhotels](https://www.instagram.com/attheworldhotels) [/theworldhotels](https://www.facebook.com/theworldhotels)

GESTOR PÚBLICO: O PROGRAMA CASA PAULISTA FORTALECE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA NO SEU MUNICÍPIO



www.habitacao.sp.gov.br

A **Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação** e a **CDHU** estão empenhadas em apoiar municípios na regularização de imóveis no território Paulista. Junte-se a nós.

✓ Estabilidade para as famílias

Com a escritura, as pessoas têm segurança jurídica, acesso ao crédito, possibilidade de comercializar ou transferir o imóvel e reconhecimento da história que construíram no lugar onde vivem.

✓ Desenvolvimento para os Municípios

Aumenta a arrecadação, melhora a fiscalização, organiza as contas públicas e promove cidadania para o seu povo.

100 mil imóveis regularizados
R\$ 390 milhões de investimento



CDHU

Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS

Topa prolongar sua estada em São Paulo por até 3 dias sem custo adicional no seu bilhete aéreo?

Planeje um Stopover.



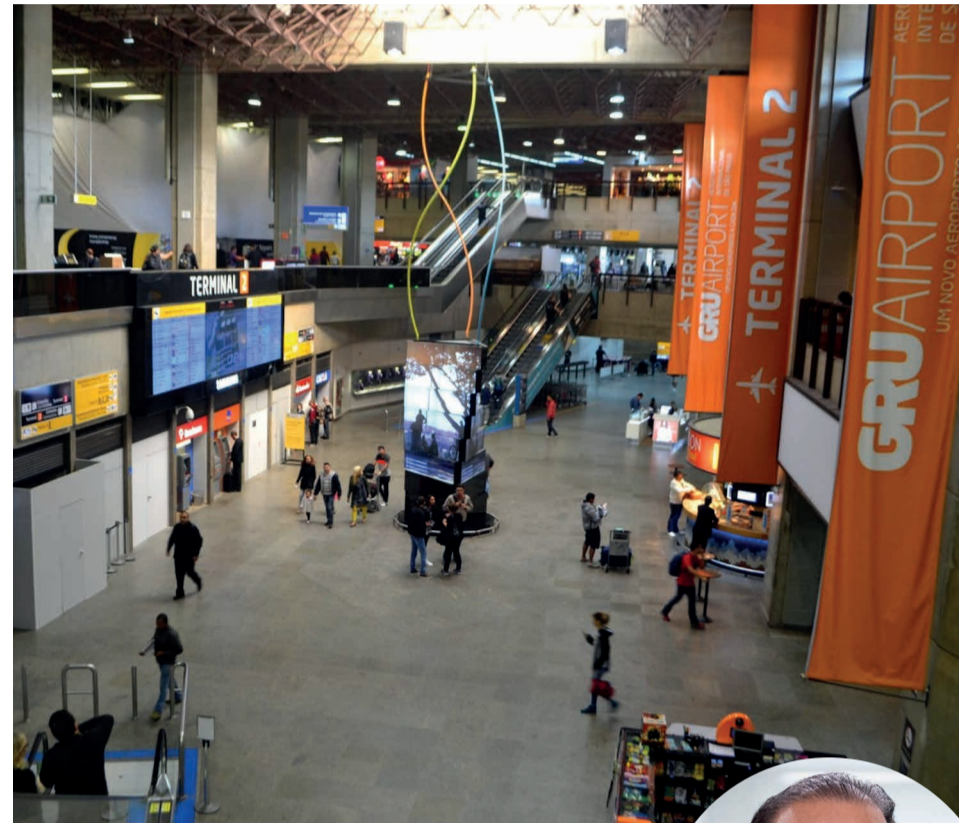
#topoverSP

Stopover é a maneira mais inteligente e econômica de prolongar sua estada no Estado de São Paulo por até 3 dias sem custo adicional no bilhete aéreo. Topa conhecer cidades incríveis e viver momentos inesquecíveis? Planeje um Stopover. Saiba mais, acesse: visitesaopaulo.com



Stopover é oportunidade para conhecer estado mais importante do país

Ação busca incentivar visitantes a conhecerem São Paulo durante conexão



Stopover é estratégia importante para turismo paulista

O Aeroporto Internacional de Guarulhos (GRU) é o maior aeroporto do Brasil e da América Latina, recebendo a maioria dos voos internacionais do país parte ou chega por ele, onde circulam 42 milhões de passageiros entre seus três terminais anualmente.

Com um equipamento tão importante, São Paulo oferece agora a oportunidade aos passageiros que tem na cidade seu ponto de conexão de voos, explorar o turismo do estado, que traz opções em todos os segmentos, através da campanha "StopOver SP / Topo Ver SP".

Através das promoções das companhias aéreas Azul, Latam e Gol, os viajantes terão a possibilidade de prolongar a estada na cidade por até três dias sem custo adicional na passagem aérea.

Com o apoio da Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo (Setur SP) e a colaboração

Roberto de Lucena, secretário de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo



das companhias aéreas, os passageiros podem desembarcar em São Paulo, explorar a cidade e interior; e retomar suas viagens sem pagar taxas extras. Saiba mais no site de cada companhia aérea.

O Stopover é um serviço conhecido mundialmente e conta com casos de sucesso de destinos mundiais, como em Lisboa, Portugal, na qual a TAP oferece stopovers em Lisboa, incentivando os viajantes a explorarem a cidade sem custo adicional. Em Doha, Qatar, a Qatar Airways promove pacotes que incluem hospedagem e passeios para incentivar o turismo local. "É um passo importante para colocarmos os produtos paulistas na vitrine de agências e

operadoras, evoluindo o serviço para oferecer cada vez mais possibilidades no destino", diz Toni Sando, Presidente Executivo do SPCVB.

Segundo Roberto de Lucena, Secretário de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo, comenta: "A possibilidade de prolongar por até três dias a permanência dos viajantes que pousam em São Paulo, sem qualquer custo adicional, é um estímulo muito grande à economia do turismo paulista. Não tenho dúvidas de que o stopover é uma estratégia muito importante, uma vez que convida os passageiros a permanecer no estado e conhecer os destinos turísticos de São Paulo, experimentando hospedagens, a gastronomia e os nossos atrativos. São Paulo é o maior hub aéreo do Brasil - e essa iniciativa acrescenta oportunidades para os viajantes e

É um passo importante para colocarmos os produtos paulistas na vitrine de agências e operadoras, evoluindo o serviço para oferecer cada vez mais possibilidades no destino

para os empreendedores, além de gerar emprego e renda".

No ano passado, São Paulo recebeu 47,3 milhões de turistas, com a implantação do stopover, certamente o número será bem maior, aumentando a economia local, vagas de emprego e o PIB.

Patricia de Campos
Jornalista
patricia.campos@uvesp.com.br

BRANDINA
FAMÍLIA CARBONARI

VINHOS DE INVERNO

Adquirá o seu vinho Brandina em nossa loja virtual

www.villasantamaria.com.br

VINICOLA VILLA SANTA MARIA
Estrada Municipal José Theotonio da Silva, SN
Valle do Bai - São Bento do Sapucaí - SP



A oferta de conexões de voos em São Paulo, favorece o stopover

Made in São Paulo

Valorizar a origem dos produtos paulistas é a chave para fortalecer a economia local, incentivar a inovação

O Estado de São Paulo destaca-se, em vários países e estados brasileiros, pela qualidade e a excelência de produtos e serviços de inúmeros segmentos da economia. É o caso do agronegócio, dos setores têxtil, de enologia, tecnologia, farmacêutico e automotivo, além dos eventos e do turismo.

Diante desse cenário, está mais do que na hora de valorizar nosso produto interno e uma boa forma de fazer isso é com a inclusão de origem nas etiquetas, selos e embalagens de tudo o que é fabricado em nosso Estado.

Acredito que incluir a expressão Made in São Paulo em nossos produtos se transformará em um sinônimo da excelência e qualidade, já reconhecida por consumidores em todo o mundo.

Como exemplo, vale citar o agronegócio paulista, que lidera a produção de grãos como soja, milho e café, bem como a carne bovina, suína e de aves, de acordo com padrões internacionais de sustentabilidade.

No setor têxtil, como se sabe, São Paulo dita tendências e investe constantemente em tecnologias sustentáveis. E o que dizer da enologia, que se destaca

Está mais do que na hora de valorizar nosso produto interno e uma boa forma de fazer isso é com a inclusão de origem nas etiquetas



Toni Sando apresenta marca Made in São Paulo, que abrange do turismo ao agronegócio



São Paulo deve se consolidar como sinônimo de excelência no Brasil e no mundo

com vinhos de alta qualidade, com o turismo rural e as viagens especialmente criadas para a degustação dessas bebidas?

Mas, São Paulo tem muito mais. A tecnologia e a inovação são impulsionadas por startups e centros de pesquisa. Já a indústria farmacêutica é reconhecida pela fabricação de medicamentos e estudos sobre novos fármacos. O setor automotivo é outro ponto forte do Estado com grandes montadoras e produção de peças.

Na área de serviços, o destaque são os eventos que movimentam inúmeros segmen-

tos de nossa cadeia produtiva, atraindo, todos os anos, milhares de pessoas para congressos, seminários e feiras comerciais realizados em nossas cidades. Com isso, a economia do turismo também se beneficia, já que quem viaja precisa dormir, comer e acaba comprando e visitando o Estado, rico em atrações para todos os gostos.

Por isso, defendo a inclusão ou a criação de uma etiqueta ou selo, sem nenhuma conotação política, que poderá garantir benefícios econômicos e sociais significativos, entre os quais incluo o aumento da demanda por produtos locais, o fortalecimento de marcas, a geração de empresas, práticas sustentáveis e responsabilidade social.

Entendo que implantar a etiqueta não será uma tarefa simples. Será necessário um movimento consciente e colaborativo entre empresas, indústrias, associações, sindicatos com apoio e estímulo do governo.

Mas incluir o Made in São Paulo tem tudo para estimular a competitividade das empresas paulistas, abrir novas oportunidades para exportações, criar

Incluir o Made in São Paulo tem tudo para estimular a competitividade das empresas paulistas, abrir novas oportunidades para exportações, criar um ecossistema de inovação e fortalecer o turismo local

um ecossistema de inovação e fortalecer o turismo local.

Os próprios paulistas que fazem compras em São Paulo também vão se beneficiar, economizando ao comprar, localmente, produtos sem custos adicionais de importação, o que vai gerar um círculo virtuoso de excelência e sustentabilidade.

Em resumo: a expressão Made in São Paulo pode transformar a percepção dos produtos paulistas, consolidando o Estado como um exemplo de qualidade no Brasil e no mundo, fortalecendo a economia, incentivando a inovação e promovendo a perenidade e a preservação.

Toni Sando é presidente executivo do São Paulo Convention & Visitors Bureau, presidente da Une-destinos e membros da Academia Brasileira de Eventos e Turismo

ABRAJET/SP completa 40 anos

Inclui "Dia do Jornalista de Turismo" no calendário paulista



A Abrajjet desenvolve um sério trabalho sobre ética e profissionalismo junto aos jornalistas de turismo

O jornalismo é a ponte da informação entre o acontecimento e o público, sendo assim de extrema importância. Os assuntos são diversos, e se torna impossível um jornalista não se especializar. Tal fato já acontecia nos anos 50, e a necessidade de criar conteúdo jornalísticos especializados em turismo, fez surgir em 1957 a ABRAJET

– Associação Brasileira dos Jornalistas de Turismo, fundada pelos jornalistas Domingos C. Brandão, Belfort de Oliveira, Fernando Hupsel de Oliveira, Luiz D. P. Bravo, Aulete de Almeida, Hilda Peres de Medeiros, José Mário Alves da Silva e Oberon Bastos de Oliveira. A seccional São Paulo, criada oficialmente somente no ano de 1984, completando 40 anos.

Uma das personagens mais relevantes da entidade é Miriam Petrone Recomenda, presidente da ABRAJET Nacional na gestão 2014-2018, e atual presidente da ABRAJET Seccional São Paulo.

Uma das mais expressivas conquistas da entidade foi a continuidade como membros do Conselho Estadual e Municipal de Turismo e durante a celebração dos 40 anos da ABRAJET-SP, o Projeto de Lei nº 190/2024, de autoria do Deputado Estadual Paulo Correa Jr., que instituiu o "Dia do Jornalista de Turismo", agora incluído no Calendário Oficial do Estado de São Paulo.

A presidente da ABRAJET/SP, Miriam Petrone, ressalta: "Esta celebração marcou uma vitória significativa para a nossa entidade; por isso homenageamos 40 amigos que fizeram parte dessa história, nesse momento que nos encheu de orgulho. Entre eles, Silvia Melo foi uma das escolhidas, além de jornalista brilhante, é uma das figuras mais influentes no cenário político nacional, não apenas pela sua atuação na UVESP, mas também pela lideran-



Silvia Melo, jornalista e presidente executiva da UVESP, recebe prêmio pela sua atuação, das mãos de Miriam Petrone, presidente da Abrajjet/SP

ça na CONEXIDADES. Assim que a data do "Dia do Jornalista de Turismo" for oficializada no Diário Oficial, faremos um convite especial para que Silvia seja nossa madrinha de honra, assim como o pentacampeão Cafu é o nosso Embaixador."

A ABRAJET está presente em quase todos os estados do país, escrevendo sua história com seriedade e respeito.

Patricia de Campos
Jornalista
patricia.campos@uvesp.com.br

Lapidando Diamantes, um projeto para transformar vidas

Membros do Lady Diamond atuam por meio de workshops e oportunidades de emprego



Empreendedorismo é um dos temas levados às mulheres na iniciativa

Criado por Débora Aguillar, 48, formada em comunicação social, o projeto Lapidando Diamantes busca fomentar o empreendedorismo feminino em regiões periféricas de São Paulo e tirar mulheres de situação de vulnerabilidade social e violência doméstica fomentando o empreendedorismo feminino em regiões periféricas de São Paulo e tirar mulheres de situação de vulnerabilidade social e violência doméstica.

A comunicadora, que já foi repórter de emissoras como Globo Internacional, Rede Tv, Gazeta e SBT, traz também em seu currículo um livro sobre a

Jovem Guarda no Brasil; criou em 2019 o Lady Diamond, mais do que uma plataforma de conexões e negócios, é um ecossistema colaborativo voltado para mulheres que tem como foco o crescimento profissional, ampliar o networking e estreitar parcerias sustentáveis.

Quando perguntada do porquê o projeto Lapidando Diamantes, Débora Aguillar comenta: "Como fundadora de uma comunidade de mulheres tenho consciência da minha grande responsabilidade social e deixar esse legado tornou-se minha missão"

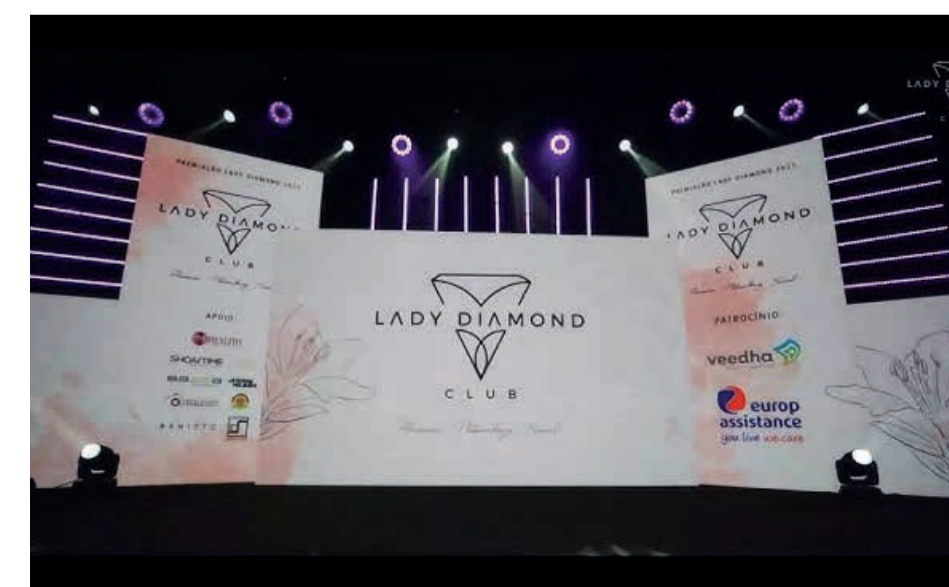
O projeto ganhou a parceria com a Secretaria de Desenvol-

Nosso objetivo é impulsionar cada vez mais vidas e atuar de maneira ainda mais acelerada no fortalecimento e crescimento de mulheres, trazer cada vez mais pessoas e empresas parceiras para que juntos possamos ampliar as áreas de atuação'

vimento Econômico do Estado de São Paulo, que incorporou o Sebrae e Desenvolve SP para a capacitação e liberação de crédito a microempreendedoras.



Lady Diamond Club foi criado em 2019



O clube de networking feminino é composto por mais de 1.200 formadoras de opinião

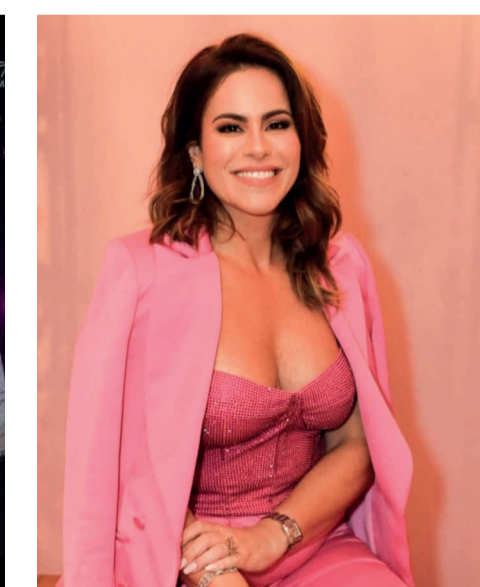
Os membros do Lady Diamond atuam ativamente com o Lapidando Diamantes oferecendo também workshops, além de oportunidades de emprego'

Inicialmente, uma turma com 40 mulheres, moradoras da Vila Chuca, no bairro de Itaquera, em São Paulo, participarão de cursos do SEBRAE, que terão temas como empoderamento feminino e gestão, inteligência emocional, planejamento financeiro e planejamento de marketing e formalização.

Os membros do Lady Diamond atuam ativamente com o Lapidando Diamantes oferecendo também workshops, além de oportunidades de emprego.

"Nosso objetivo é impulsionarmos cada vez mais vidas e atuarmos de maneira ainda mais acelerada no fortalecimento e crescimento de mulheres, trazeremos cada vez mais pessoas e empresas parceiras para que juntos possamos ampliar as áreas de atuação e expandirmos o projeto, a fim de diminuirmos os índices de desemprego e tirarmos mulheres de situações de violência e vulnerabilidade social", conclui Débora Aguillar.

Patricia de Campos
Jornalista
patricia.campos@uvesp.com.br



A jornalista Débora Aguillar é a fundadora do Lady Diamond Club

FE24
CRIANDO CONEXÕES

SEBRAE

**INSCRIÇÕES ABERTAS PARA A
FEIRA DO EMPREENDEDOR 2024**

Um evento gratuito para quem quer começar ou alavancar o seu negócio. Participe e tenha acesso a conteúdos sobre vendas, gestão, marketing, finanças, inovação, sustentabilidade e muito mais.

**11-14
OUT**

SÃO PAULO EXPO



INSCREVA-SE EM: FE24.COM.BR

Valéria Bolsonaro lidera Secretaria de com compromisso renovado em

Nomeada por Tarcísio de Freitas, a secretária traz sua



Valéria Bolsonaro assumiu a Secretaria de Políticas para a Mulher em abril deste ano

A deputada estadual Valéria Bolsonaro assumiu a Secretaria de Políticas para a Mulher de São Paulo, após ser nomeada pelo governador Tarcísio de Freitas, substituindo a vereadora Sonaira Fernandes. A representante da pasta trouxe para a secretaria uma longa trajetória na educação e na política, com um foco nas políticas públicas para as mulheres e na evolução dessas áreas. Sua experiência inclui a defesa da inclusão das pessoas com deficiência e o combate ao câncer, áreas nas quais destinou mais de R\$ 10 milhões em recursos para a região de Campinas entre 2019 e 2024.

Nascida em Santos/SP, Valéria reside em Campinas desde 1985. Formada em Biologia pela PUC-Campinas, iniciou sua carreira como professora em 1987 e se destacou na educação infantil, sempre buscando inovar e enfrentar os desafios do setor. Em 2016, decidiu ingressar na política, motivada pelo descontentamento com a situação da educação no Brasil. Eleita deputada estadual em 2018, a secretária rapidamente se envolveu em causas

significativas, como membro efetivo da Comissão de Educação e Cultura e relatora da CPI da Gestão das Universidades Públicas.

Com sua reeleição em 2022, Valéria continuou a se destacar, sendo eleita Presidente da Comissão de Defesa e dos Direitos das Mulheres da Alesp. Em abril de 2024, foi nomeada Secretária de Políticas Para Mulher, reforçando seu compromisso com as pautas femininas. Na entrevista a seguir, ela fala sobre a atuação da Secretaria e sobre as políticas públicas voltadas para esse público.

Quais são os principais trabalhos desenvolvidos até agora pela secretária em relação às mulheres? Pode falar um pouco sobre eles?

Na Secretaria de Políticas para a Mulher - uma pasta pioneira criada na gestão do governador Tarcísio de Freitas, nós trabalhamos políticas públicas através de três pilares: segurança, saúde e autonomia financeira.

Entre nossos principais programas, podemos citar o Aplicativo SP Mulher, uma iniciativa inédita para proteger mulheres com a unificação de serviços às vítimas de violência doméstica e familiar. A plataforma, disponível para os sistemas iOS e Android, reúne as principais funcionalidades para facilitar o registro de ocorrências e o acionamento da Polícia Militar em um único lugar.



Agosto Lilás incentiva campanhas de conscientização sobre violência contra a mulher

As Casas da Mulher Paulista, que são espaços dedicados à proteção, ao acolhimento, à capacitação e à orientação das mulheres para o mercado de trabalho, além de fornecer suporte jurídico e psicológico para recuperação de autonomia e confiança.

As Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs), que são unidades policiais especializadas no atendimento de violências cometidas contra as mulheres e também as DDM online, com plantão 24 horas. Temos também a Cabine Lilás, uma sala que funciona dentro do Centro de Operações da PM (COPOM), com policiais femininas treinadas por equipes especializadas da Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) para atendimento de ocorrências e suporte a policiais que estão em campo.

Além disso, temos as tornozeleiras eletrônicas para agressores, que garante o cumprimento das Medidas Protetivas decretadas pelo Judiciário monitorando e acompanhando os agressores em tempo real.

Outro programa importante é Protocolo Não se Cale, lançado em agosto de 2023 (Lei nº 17.621/2023; Decreto nº 67.856 e Decreto nº 68.477) para reforçar as estratégias de proteção das mulheres em espaços privados e públicos, padronizando formas de acolhimento e suporte às vítimas - para prestar auxílio às mulheres em situação de risco ou violência, é obrigatório que

Políticas para a Mulher do Estado defesa dos direitos femininos

experiência na política para fortalecer as mulheres paulistas

Todos estes programas fazem parte do SP Por Todas, um movimento lançado em março pelo Governo do Estado de São Paulo, para dar visibilidade às políticas públicas para as mulheres

bares, restaurantes e estabelecimentos similares realizem a capacitação do Não se Cale. O curso é totalmente gratuito e online, e pode ser realizado conforme ritmo e disponibilidade de cada profissional. Até o momento, mais de 65 mil funcionários de bares e restaurantes já se inscreveram no programa.

Todos estes programas fazem parte do SP Por Todas, um movimento lançado em março pelo Governo do Estado de São Paulo, para dar visibilidade às políticas públicas para as mulheres, reforçando as ações da rede de proteção, acolhimento e autonomia profissional e financeira voltadas a esse público.

Qual a importância do Agosto Lilás para os trabalhos desenvolvidos pela Secretaria? Houve mudanças significativas desde que a campanha foi criada?

Este ano, nós realizamos no dia 1 de agosto, o evento "Agosto Lilás: Violência Contra A Mulher Não Tem Desculpa, Tem Lei", que ocorreu no Auditório do Parlatino do Memorial da América Latina. O encontro contou com palestras com foco na conscientização sobre os diversos tipos de violência contra a mulher, e as formas de enfrentá-la, reforçando o compromisso do Estado de São Paulo no combate à violência. Nossa intenção é garantir a segurança de todas as mulheres, em todos os setores. Para isso é preciso conscientizar a sociedade de que existem diversos tipos de violência contra a mulher, como a violência doméstica, patrimonial, política e virtual.

Nosso grande evento será no final de Agosto, quando duas carretas iniciam seu percurso para levar cursos e exames de saúde à população mais vulnerável. As carretas sairão do Palácio dos Bandeirantes, na presença do governador Tarcísio e da primeira-dama Cristiane Freitas, que também preside o Fundo Social de São Paulo, e seguirão até o Vale do Ribeira. Esta será a primeira parada no Estado. Nosso objetivo é instalar o Gabinete 3D nessas regiões, para levar Diálogo, Dignidade e Desenvolvimento, considerando a saúde, segurança e o empreendedorismo da mulher.

Nos próximos meses, devemos continuar rodando as regiões de maior vulnerabilidade social, buscando dar oportunidades a quem precisa, exames a mulheres que necessitam, além de informações sobre o que o Governo de São Paulo faz para garantir todos os cuidados às mulheres.

A Lei Maria da Penha completa 18 anos neste mês. Quais mudanças você consegue perceber desde que ela foi implantada e quais são as expectativas para o futuro em relação ao combate à violência contra a mulher? Pela visão da Secretária, o que mais pode ser feito para ajudar as mulheres nesse quesito?

A Lei Maria da Penha representa um marco significativo na proteção dos direitos das mulheres e no combate à violência doméstica. Houve um avanço considerável na proteção das vítimas, com a criação de DDMs, por exemplo, e a implementação de medidas protetivas que garantem maior segurança para as mulheres em situação de violência. Hoje também vemos uma maior conscientização sobre a gravidade da violência contra a mulher.

Além dos programas citados acima, acreditamos que campanhas de sensibilização e educação têm sido fundamentais, assim como a



A secretária se empenha em diversas iniciativas para a proteção e desenvolvimento das mulheres

ampliação das redes de apoio, incluindo serviços de acolhimento, orientação e assistência jurídica e psicológica. Neste sentido, as Casas da Mulher Paulista são um espaço seguro para as mulheres buscarem atendimento. O Governo do Estado de São Paulo já entregou 17 unidades do programa Casa da Mulher Paulista, que são mantidas pelas prefeituras das cidades de Pedreiras, Barretos, Osvaldo Cruz, Ribeirão Corrente, Águas da Prata, Cristais Paulista, São Bento do Sapucaí, Araçatuba, Santa Fé do Sul, Araraquara, Ferraz de Vasconcelos, Votorantim, Espírito Santo do Pinhal, Bebedouro, Boituva, Jarinu e Francisco Morato. Estão previstas mais 12 Casas pelo Estado.

Houve algum progresso em relação ao combate à violência contra a mulher? Você pode compartilhar dados sobre esse assunto?

Sim, hoje a Secretaria de Políticas para Mulher tem um grupo de trabalho permanente com a Secretaria da Segurança Pública. Foi lá que discutimos o tornezamento, o aplicativo SP Mulher, a sala Lilás do Copom, enfim, todas as políticas que previnem e combatem à violência. Um dos eixos estruturantes da nossa secretaria é o combate a todas as formas de violência.

Isso por si só já é um avanço institucional muito grande. Todas as conquistas que citei são exemplos dessa preocupação.

Quais projetos imagina para os próximos anos na Secretaria?

Nossa intenção é, cada vez mais, fortalecer os pilares de saúde, segurança e empreendedorismo, para que as mulheres saiam do ciclo da violência.

Estamos em ano de eleição. Qual auxílio uma candidata a prefeita ou vereadora tem no quesito de políticas públicas para mulheres?

A violência política contra a mulher é uma grande preocupação nossa. Nós temos uma ouvidoria, que por normativos legais deve ser acessada online, onde a vítima pode nos encaminhar o seu relato e nós iremos encaminhar para o órgão competente e acompanhar que não haja impunidade. A Lei nº 14.192/21 tipificou o crime de violência política de gênero, com penas de um a quatro anos. Levar essa pauta ao conhecimento de todos é fundamental, tanto para os parlamentares quanto para a população.

Cláudia Costa
uvesp@uvesp.com.br

Selo Cidade Mulher incentiva municípios a promoverem a igualdade de gênero e o bem-estar das mulheres

Cidades que se destacarem na implementação de políticas públicas voltadas para as mulheres receberão uma distinção anual



Projeto de Lei 2549/24, que seguiu para o Senado, promove cidades mais justas e inclusivas

A Câmara dos Deputados aprovou, no início de julho, o Projeto de Lei 2549/24, que cria o Selo Cidade Mulher, uma distinção a ser concedida anualmente aos municípios que se destacarem na implementação e adesão às políticas públicas voltadas para as mulheres. O projeto, originário da deputada Nely Aquino, foi aprovado em Plenário na forma de um substitutivo elaborado pela deputada Daniela Reinehr e agora segue para apreciação no Senado.

O projeto tem como objetivo

Entre os critérios que deverão ser considerados na concessão do selo, o projeto destaca a busca pela igualdade efetiva entre homens e mulheres em todos os âmbitos

incentivar os municípios a promoverem e consolidarem ações que visem a igualdade de gênero, o combate à discriminação, a universalização dos serviços e benefícios oferecidos pelo Estado e a participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas. O selo será conferido aos municípios que, de forma destacada, se engajarem na efetivação dessas políticas, gerando benefícios concretos para as mulheres em suas comunidades.

O Poder Executivo será responsável por editar um regulamento que definirá tanto o número de selos a serem concedidos anualmente quanto os critérios de pontuação para a concessão do título. A análise da adesão dos municípios às políticas públicas será realizada por uma banca julgadora, que avaliará a efetividade das ações implementadas pelas cidades em prol da melhoria das condições de vida

de do bem-estar das mulheres.

Entre os critérios que deverão ser considerados na concessão do selo, o projeto destaca a busca pela igualdade efetiva entre homens e mulheres em todos os âmbitos, o combate a todas as formas de discriminação, a universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado, a participação ativa das mu-



heres nas políticas públicas e a transversalidade como princípio orientador dessas políticas.

Além disso, o texto aprovado define que o grau de adesão dos municípios ao Selo Cidade Mulher será avaliado com base no cumprimento das determinações do Pacto de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres. Essa análise envolverá, entre outros aspectos, a forma como a cidade atua no combate à exploração sexual de meninas e adolescentes, no enfrentamento do tráfico de mulheres e na promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão.

Com a criação do Selo Cidade Mulher, espera-se que os municípios se sintam incentivados a intensificar suas políticas públicas para as mulheres, adotando medidas que promovam a igualdade de gênero e combatam as diferentes formas de discriminação. O projeto de lei representa um passo importante na busca por cidades mais justas e inclusivas, em que as mulheres tenham garantido o pleno exercício de seus direitos.

A garantia de políticas públicas voltadas para as mulheres nos municípios é fundamental para promover a equidade de

O projeto de lei representa um passo importante na busca por cidades mais justas e inclusivas, em que as mulheres tenham garantido o pleno exercício de seus direitos



Municípios serão estimulados à promoverem políticas para o bem-estar das mulheres

gênero e assegurar que todas as cidadãs tenham acesso a direitos básicos e oportunidades em condições de igualdade. Essas políticas são essenciais para enfrentar questões estruturais, como a violência de gênero, a desigualdade salarial, e a sub-representação das mulheres em espaços de poder e decisão. Ao implementar ações específicas para esse público, os municípios contribuem para a construção de uma sociedade mais justa, onde as diferenças de gênero não se traduzam em desigualdades.

Além disso, políticas públi-

cas direcionadas às mulheres fortalecem a coesão social e melhoram a qualidade de vida de toda a comunidade. Quando elas têm acesso a serviços de saúde, educação, emprego e proteção contra a violência, os benefícios se estendem para

suas famílias e, consequentemente, para toda a sociedade. Ou seja, a inclusão das mulheres em todas as etapas do desenvolvimento de políticas públicas municipais, desde a formulação até a implementação, é crucial para garantir que

as ações sejam efetivas e atendam às reais necessidades das mulheres, contribuindo para o progresso e desenvolvimento sustentável dos municípios.

Eliria Buso
uvesp@uvesp.com.br

Clóvis de Barros
Filósofo e professor

//CIVILIDADE É O RESPEITO DE UM PELO OUTRO.

PRATIQUE, RESPEITANDO A FAIXA DE PEDESTRE. //

DAR PREFERÊNCIA AO PEDESTRE EM TODA FAIXA É OBRIGATÓRIO. INCLUINDO AS QUE NÃO TÊM SEMÁFORO.



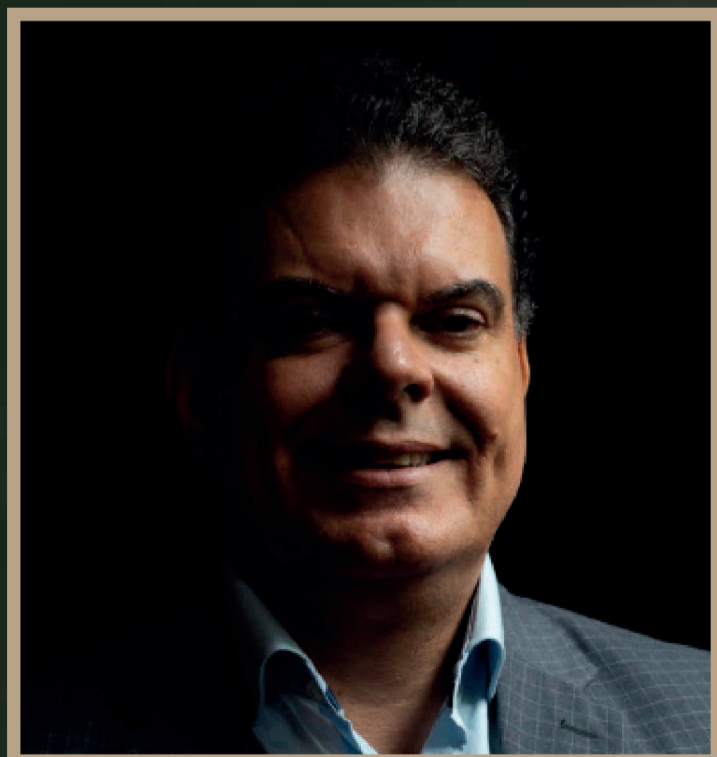
CHIMICATTI
ADVOGADOS

EXCELÊNCIA JURÍDICA EM DIREITO PÚBLICO

Com uma sólida trajetória de mais de 30 anos, o **Chemicatti Advogados**, sob a liderança do Dr. Hebert Chemicatti, oferece um serviço jurídico completo e especializado. Atuamos nas áreas de **Direito Empresarial, Direito Público e LGPD**, com uma abordagem *all service* que une expertise e inovação.

Nossa equipe conta com uma Câmara de Pesquisa de Dados composta por mestres e doutores, garantindo soluções jurídicas precisas e atualizadas. Com sede em São Paulo, na emblemática região da Avenida Paulista, e presença em todo o Brasil, estamos prontos para atender suas necessidades com excelência e dedicação.

Chemicatti Advogados – Onde a tradição encontra a inovação jurídica.



Dr. Hebert Chemicatti

Rua Pamplona, 145, cj. 1915
Bela Vista, São Paulo - SP
01405-100

@chemicattiadv
chemicatti.com
(11) 91826-0213



A Diferença

BARRA DO PIRAI

Alunos aprendem Libras

A segunda língua oficial do Brasil

A Secretaria de Educação de Barra do Piraí, com foco na inclusão social, está promovendo o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em algumas escolas da rede municipal. A iniciativa busca garantir que todos os alunos aprendam a Libras, aquela considerada a segunda língua oficial do Brasil e já foram realizadas ações como o “Coral de Libras” e uma reformulação responsável por fazer com que todos os ambientes fossem identificados em Libras, incluindo o cardápio da escola.



CAMPINAS

“Casa do Atleta Campineiro”

Acolhimento a ex-atletas profissionais

Câmara apresenta o Projeto de Lei que institui na cidade de Campinas, o programa “Casa do Atleta Campineiro”, destinado a reinserir na sociedade ex-atletas profissionais que tenham 60 anos ou mais, e que se encontrem em estado de vulnerabilidade social. O objetivo da proposta é acolher, ressocializar, e resgatar o orgulho e a dignidade dos ex-atletas. Deverá ser oferecido aos participantes alimentação; tratamento médico e odontológico; acompanhamento psicológico; sessões de fisioterapia; e capacitação profissional para inserção no mercado de trabalho.



SÃO CARLOS



Fábrica Electrolux de São Carlos

Se torna a mais moderna do grupo

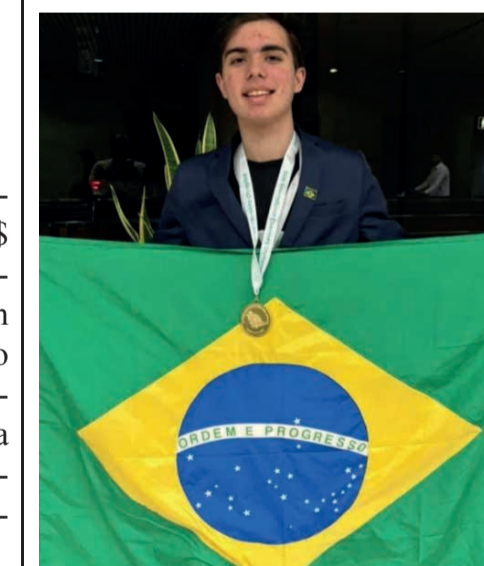
A fabricante de eletrodomésticos Electrolux investiu R\$ 520 milhões na modernização da planta de São Carlos. Com tecnologia exclusiva e inédita no setor de eletrodomésticos, o investimento implantou uma nova linha de produção e transformou a unidade são-carlense na mais automatizada e moderna do grupo.

VALINHOS

Olimpíada Internacional de Química

Aluno de Valinhos ganha medalha de ouro

Aconteceu na Arábia Saudita a Olimpíada Internacional de Química. O ouro ficou com Lucas Nogueira Loes, de 16 anos, de Valinhos, estudante do ensino médio, que disputou com jovens de 90 países. O Instituto de Química da Unicamp (Universidade de Campinas), foi responsável pelo treinamento em laboratório.



PERUÍBE

Menino brasileiro com QI altíssimo

Aceito em sociedade para superdotados

Com apenas 6 anos, Bento Medeiros Versuti, mora com os pais em Peruíbe, e apresenta, segundo laudo, um QI de 134, sendo mais inteligente que 99% da população mundial. Aos 3 anos ele aprendeu a ler, escrever e demonstrou interesse por idiomas além do português. A aptidão foi descoberta em um momento de brincadeira com pecinhas de madeira com a mãe, Helen Medeiros Versuti. Em setembro ele vai participar do primeiro evento da organização.



Sustentabilidade

PIRAPORA DO BOM JESUS

Rio Tietê

Obras de limpeza

Aberta a licitação pela secretária estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, para obras de limpeza do Rio Tietê, que em Pirapora do Bom Jesus, deverão ser removidos 233,4 mil metros cúbicos de vegetação aquática e detritos flutuantes existentes na baragem localizada no município. Isso equivale a 16 mil caminhões cheios. A intervenção inclui também a remoção de 250 mil metros cúbicos de sujeira e detritos do braço do reservatório (18 mil caminhões).



GUARUJÁ



Programa Mar sem Lixo

Recolhe 8,5 toneladas

Programa promovido pela Fundação Florestal, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) do Estado de São Paulo, recolheu no mar do Guarujá, 8,5 toneladas de lixo. O material é recolhido por pescadores, que são pagos pelo serviço, gerando renda adicional. Se forem reaproveitáveis, são direcionados para cooperativas de reciclagem. Caso os rejeitos não possam ser utilizados novamente, são enviados para aterros sanitários.

VALE DO RIBEIRA

Sementes de Palmeira

Seis toneladas lançadas pelo ar

Fundação Florestal realizou por meio de helicóptero, nos parques estaduais Carlos Botelho, Caverna do Diabo e Rio Turvo, no Vale do Ribeira, com o lançamento de seis toneladas de sementes de palmeira-juçara em uma área de 120 hectares. O objetivo da iniciativa é aumentar a população dessa espécie nativa da Mata Atlântica. Programa de Conservação da Palmeira-Juçara, foi criado em 2021, e é uma iniciativa pioneira que envolve comunidades locais e pequenos produtores.



ARTHUR NOGUEIRA



Desassoreamento do Cotrins

Visita técnica realizada

Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, o superintendente do Departamento de Águas do Estado (DAEE), e a diretora do Departamento de Proteção e Defesa Civil, fizeram visita técnica à cidade de Artur Nogueira para

avaliar ações de apoio aos efeitos da estiagem no município, onde foi decretado situação de emergência na cidade. Entre as ações definidas pela comitiva, está o desassoreamento do córrego Cotrins para melhorar as condições de captação.

ITANHAEM

Guardiões das Florestas

Rio Branco de Itanhaém

Programa Guardiões das Florestas, é uma iniciativa que valoriza as comunidades indígenas que vivem dentro dos parques e unidades de conservação, já que os remunera pela preservação dessas áreas protegidas. Isso gera benefícios tanto para as aldeias quanto para o meio ambiente e a população, ao ajudar na manutenção das florestas estaduais. A aldeia do Rio Branco, é uma das contempladas pelo projeto que ampliará de oito para quatorze aldeias a serem atendidas.



Turismo

PIRACICABA



Acervo histórico

Conservação

Escola do Legislativo promoveu uma roda de conversa no Museu Prudente de Moraes, sob o tema "A salvaguarda do acervo histórico de Piracicaba". Parte dos documentos e peças da época, estão em exposição permanente no equipamento de cultura onde aconte-

teceu o evento, que é também um ponto turístico da cidade.

Parte do acervo está em exposição permanente no museu onde aconteceu o evento

ILHABELA

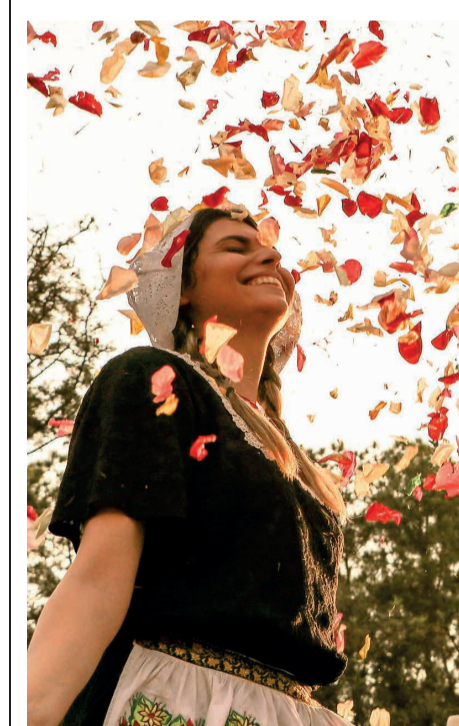


HOLAMBRA

41ª Expoflora

Promete estar mais surpreendente

maior feira do segmento da América Latina, promete ser ainda mais surpreendente. Além da exposição de flores, apresentações culturais, gastronomia, chuva de pétalas de rosas, entre outras atrações, acontecerão em cinco finais de semana, de 30 de agosto a 29 de setembro, sempre das 9h às 19h.



12ª Copa Brasil de Vela

10ª Copa Brasil de Vela Jovem

Entre os dias 14 e 19 de outubro, Ilhabela receberá a 12ª edição da Copa Brasil de Vela e a 10ª Copa Brasil de Vela Jovem (Sub-19), na Escola Municipal de Vela "Lars Grael", no Pequê. O evento, que já é uma tradição no calendário esportivo da cidade, é promovido pela Prefeitura de Ilhabela, em parceria com a Confederação Brasileira de Vela (CBVELA) e a Federação de Vela do Estado de São Paulo.

CAMPOS DO JORDÃO

Rota aérea São José dos Campos - Salvador

Reforça Campos do Jordão como destino turístico

novos pontos altos da nova rota aérea entre São José dos Campos (SJK) e Salvador (SSA), operada pela GOL Linhas Aéreas, encerrada em 31 de julho alcançou resultados expressivos durante o mês. Um dos pontos altos da nova rota foi a transformação do aeroporto como ponto de chegada oficial para a temporada de

inverno de Campos do Jordão. Os turistas foram recebidos com um lounge VIP, oferecendo uma experiência até a chegada a Campos do Jordão. A rota Rio de Janeiro/Galeão-São José dos Campos continua em operação durante todo o ano, com três frequências semanais e conexões para mais de 20 cidades.



ITU

Museu Asas de Um Sonho

Antigo Museu TAM

Museu Asas de um Sonho, conhecido como Museu TAM, reabriu suas portas, agora na cidade de Itu, no Museu FAMA. Ainda não está exposto todo o acervo, mas já podem ser vistas a réplica do 14-Bis e do Demoiselle, além dos históricos aviões São Paulo, desenvolvido por Dimitri de Lavaud, e Blériot XI, por Louis Blériot; e itens pessoais do inventor brasileiro, como óculos, luvas e gorro, livro, negativos fotográficos, relógio e o icônico chapéu Panamá.



Saúde

SOROCABA

Certificação de excelência da ONA

Hospital Regional de Sorocaba recebe

O Hospital Regional de Sorocaba, recebeu pela segunda vez, a acreditação da ONA nível 3, que reconhece unidades hospitalares que promovem a qualidade e a segurança no atendimento aos pacientes. Para ser certificada, a organização precisa, comprovadamente, atender os padrões definidos pela Organização Nacional de Acreditação, reconhecidos internacionalmente.



GUARULHOS

Dia da gestante

Evento especial

O Hospital Geral de Guarulhos realizou um evento especial para as futuras mães que estão internadas na unidade. A programação contou com uma palestra e uma roda de conversa sobre os cuidados durante e após a gestação, além de informações sobre a gestação, parto e cuidados com o bebê.



PARIQUERA-AÇU

Aparelho de treino demarcha

Possibilita recuperação precoce de pacientes

A Rede Lucy Montoro de Pariquera-Açu adquiriu o mais novo aparelho para treino de marcha, que permitirá uma recuperação mais ágil para pacientes com indicação de tratamento. O aparelho é indicado para pacientes que sofreram amputação de membro inferior, acidente vascular encefálico, e para aqueles com problemas ortopédicos e neurológicos.



SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

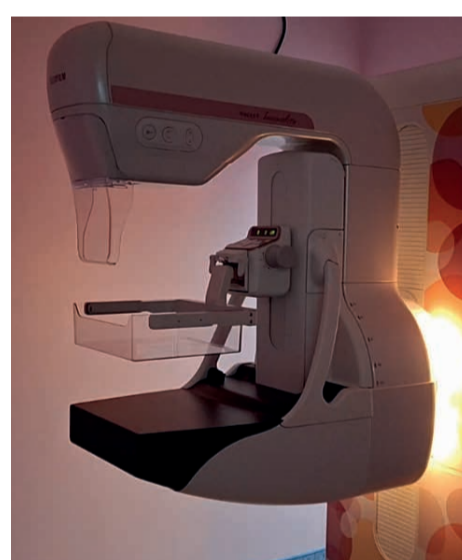


Ressarcimento ao SUS por agressores de mulheres

Projeto em pauta para regulamentação

A Câmara de Rio Preto tem entre suas pautas a serem votadas, o projeto que regulamenta lei que prevê o ressarcimento, pelos agressores em casos de violência doméstica e familiar, ao Sistema Único de Saúde (SUS) sobre os serviços municipais de saúde prestados às vítimas. A proposta aponta que a violência contra mulher gera consequências não apenas para as vítimas, mas também para o Sistema Único de Saúde (SUS), que suporta os custos do atendimento médico e psicológico às vítimas de agressão.

BAURU



Exames de mamografia

Em um Novo aparelho

A Maternidade Santa Isabel de Bauru começou a utilizar nesta semana o novo mamógrafo, realizando exames com tecnologia de ponta e com expectativa de ofertar mais de 500 avaliações no mês de agosto para a população da região. A aquisição do equipamento foi feita por meio de emenda parlamentar e tratativas com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP).



VEJA O HOLOGRAMA E COMPRE AGORA COM DESCONTO!



PARCERIA EXCLUSIVA COM DESCONTOS IMPERDÍVEIS!

KIT ELEIÇÕES MATERIAL GRÁFICO COM HOLOGRAMA!

• SANTINHO

• SANTÃO

• COLINHA

• PRAGUINHA

• ADESIVO DE PARA-CHOQUE

• TECIDO CHROMA-KEY

• OMNICODE + HOLOGRAMA

• ENTREGA RÁPIDA

• MELHOR QUALIDADE

• COMPRA 100% ONLINE

KIT MAIS COMPLETO, INTERATIVO MENOR PREÇO DO BRASIL!

Temos tudo que você precisa para se Destacar nessas Eleições 2024

COMUNICAÇÃO HUMANIZADA

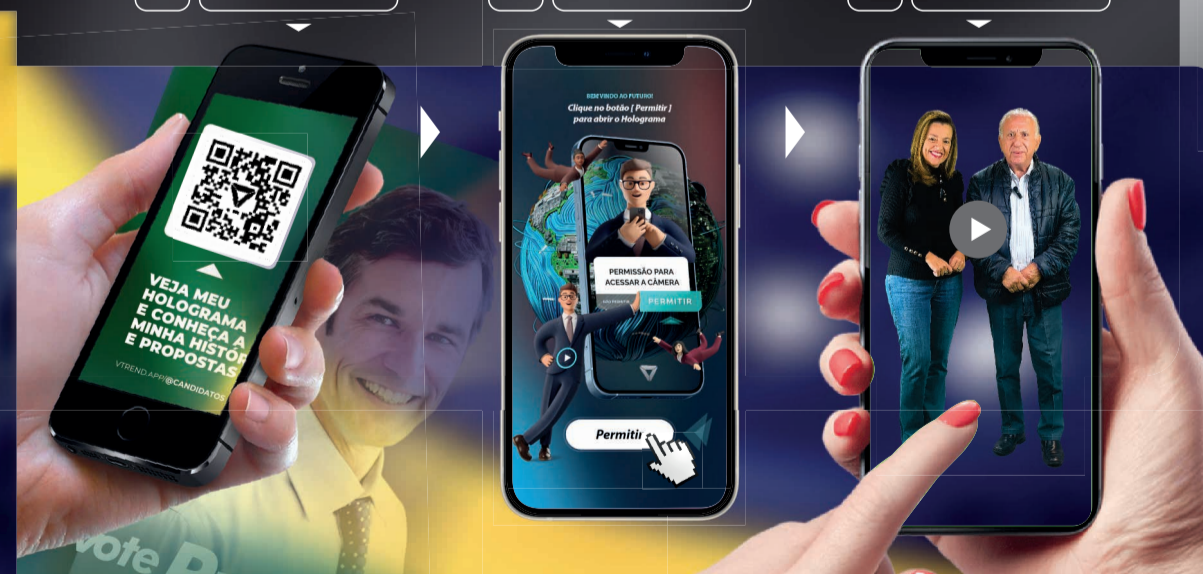
EXPERIÊNCIA INTERATIVA

1 Escanele o Código

2 Clique em Permitir

3 Aperte o Play

EXEMPLO DE SANTINHO IMPRESSO

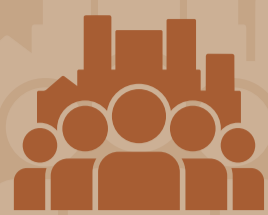


Seu Material Gráfico agora é um Ativador de Hologramas

(11) 94089-4146

(11) 2894-5665

BHANTEXCOMUNICACAO.COM.BR



Cidade Cidadão

JACAREÍ



Cadastro Municipal de Pessoas Desaparecidas

Vereadora propõe criação

A vereadora Maria Amélia (PSDB), que busca criar o Cadastro Municipal de Pessoas Desaparecidas em Jacareí. O objetivo é proporcionar agilidade e efetividade na localização de pessoas que tenham desaparecido nos limites do território municipal, através

de cadastro prévio e base de dados dos órgãos responsáveis pelas políticas públicas de assistência às pessoas desaparecidas. A página eletrônica deverá conter links com outras páginas existentes na Internet que tratam sobre bancos de dados de desaparecidos.

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Políticas Públicas Comissão permanente

Por autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal, foi aprovada em votação única, com parecer favorável da Comissão de Justiça e Redação, a Comissão permanente de Políticas Públicas. Com a criação da comissão, todos os projetos voltados a comunidade, sejam eles de qualquer área, terão análise de seu impacto em detrimento ao investimento proposto.



PORTO FERREIRA



Câmara implanta modernização

Novo site, processo legislativo e votação eletrônicos

Além do novo website, a Câmara Municipal implantará o processo legislativo eletrônico e a votação eletrônica, garantindo mais transparência, celeridade, menos uso de papel e facilidade no acesso às informações pelos munícipes.

Acesse:

camaraportoferreira.sp.gov.br

ASSIS

TV Câmara de Assis

Debate histórico Eleições 2024

A TV Câmara de Assis irá realizar um debate entre os candidatos à prefeitura para as Eleições 2024. Este evento inédito será transmitido ao vivo no dia 3 de outubro, às 20h, pelo canal 31.3 da TV Câmara, pela Rádio Câmara 95.5 FM e pelas plataformas digitais. O debate marca uma etapa importante no jornalismo legislativo de 2024, oferecendo aos eleitores da cidade uma oportunidade única para conhecer as propostas e visões dos candidatos.

MIRASSOL

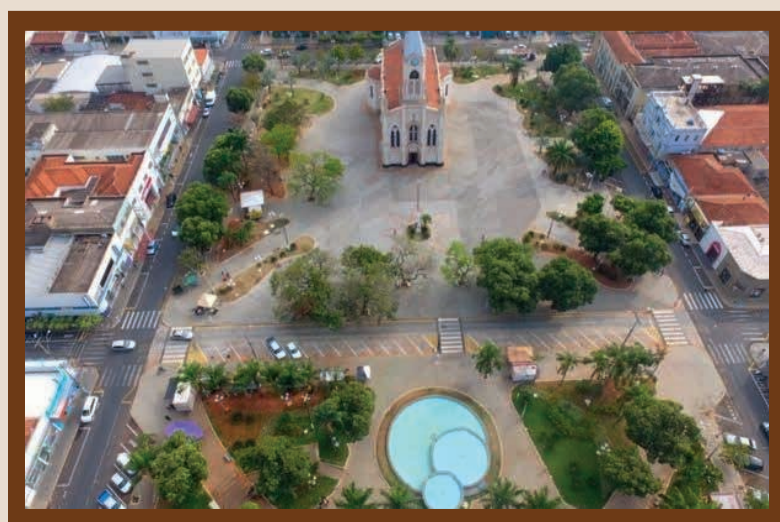
Programa Praça Digital

Internet gratuita em praças e parques locais

O projeto de lei "Praça Digital" foi aprovado, e praças e parques da cidade poderão contar com sinal de internet gratuito. O objetivo é garantir acesso a formas de trabalho, estudo e lazer com esse tipo de serviço digital. A forma de acesso será re-

gulamentada pelo Poder Público.

O objetivo é garantir acesso a formas de trabalho, estudo e lazer com esse tipo de serviço digital



Redescobrimo O Interior

JUQUITIBA

Juquitiba, destino de aventura Terra de muitas águas

Juquitiba, reconhecida como Município de Interesse Turístico (MIT) desde 2018, é um destino imperdível a apenas 70 km de São Paulo. Com uma rica oferta de ecoturismo e turismo de aventura, a cidade encanta visitantes com atividades emocionantes e paisagens deslumbrantes em meio à Mata Atlântica.

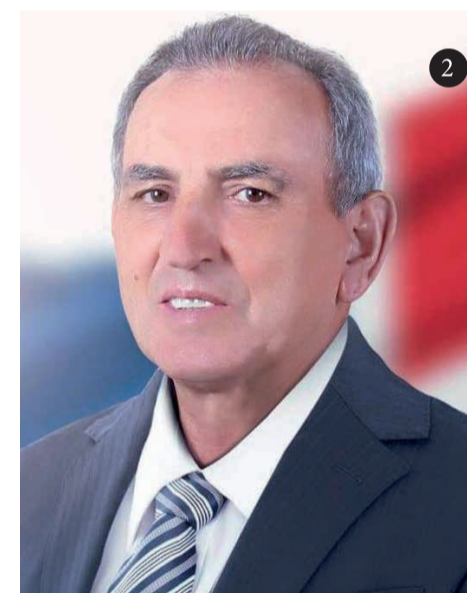
O rafting no rio Juquiá é uma das experiências mais procuradas, com uma descida de 5,5 km nas corredeiras que pode ser realizada durante todo o ano. Para quem busca uma aventura ainda mais especial, o rafting noturno, sob a luz da lua cheia, proporciona uma imersão sensorial

única. Além do rafting, Juquitiba oferece trilhas em meio à natureza preservada, perfeitas para caminhadas e ciclismo, tirolesa, arborismo, e uma gastronomia típica deliciosa, com pratos preparados no tradicional fogão a lenha.

Todas as quartas-feiras, Juquitiba se transforma em um ponto de encontro gastronômico com a tradicional Feira Noturna. Além de saborear delícias como pastéis, tapiocas, espetinhos, e doces artesanais, os visitantes podem aproveitar um ambiente acolhedor, onde a comunidade local e os turistas se reúnem para desfrutar de boa comida, música ao vivo e um clima de confraternização. A Feira Noturna é mais do que um evento gastronômico é uma celebração da cultura e do espírito acolhedor de Juquitiba

As diversas pousadas inseridas na exuberância da Mata Atlântica oferecem conforto e tranquilidade, permitindo aos visitantes desfrutar de uma estadia em total harmonia com a natureza. Entre as atrações naturais, as cachoeiras de Juquitiba são verdadeiros espetáculos, oferecendo locais ideais para relaxamento e contemplação.

O birdwatching também é um destaque, com mais de 350 espécies de aves catalogadas, fazendo



da cidade uma referência nacional. Para momentos de espiritualidade e autoconhecimento, Juquitiba abriga a única Vila Viking da América Latina, local de retiros e vivências transformadoras.

Os amantes da pesca encontram nos pesqueiros e a represa Cachoeira do França ótimas oportunidades para a pesca esportiva, incluindo o tucunaré.

"Juquitiba é um destino que celebra a harmonia entre o homem e

a natureza, oferecendo aos nossos visitantes uma experiência única e inesquecível. Com paisagens deslumbrantes, cachoeiras encantadoras e uma vasta gama de atividades ao ar livre, nossa cidade se destaca como um verdadeiro refúgio de beleza natural e aventura", comenta Ayres Scorsatto, prefeito de Juquitiba.

Patricia de Campos
Jornalista
patricia.campos@uvesp.com.br

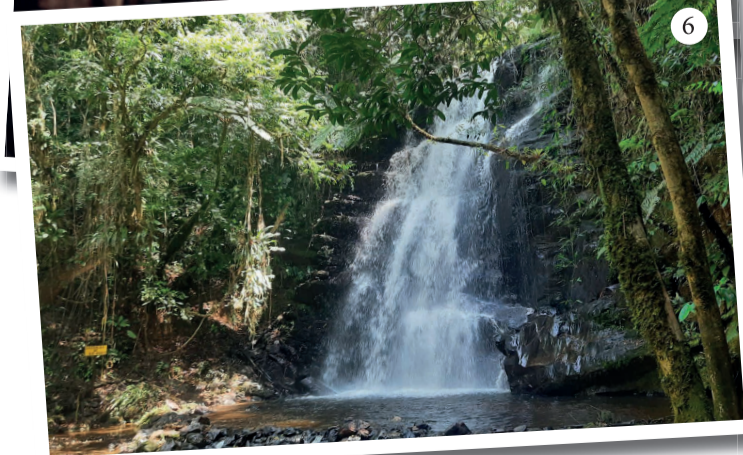
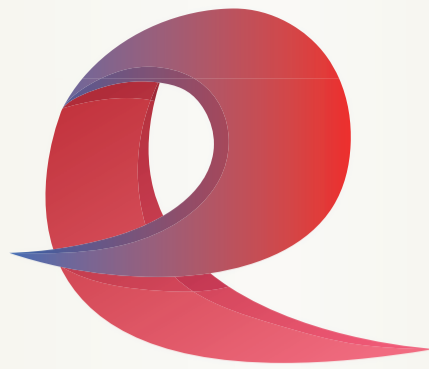


Foto 1 - (Em cima) Vista da cidade;
Foto 2 - (Em cima) Ayres Scorsatto, prefeito de Juquitiba;
Foto 3 - Recanto Medieval;
Foto 4 - Pesqueiro;
Foto 5 - Rafting Rio Juquiá;
Foto 6 - Parque Estadual do Jurupará;
Foto 7 - Título da cidade



EFETIVIDADE PÚBLICA

Nossos cumprimentos aos **41 municípios paulistas** que entenderam a relevância de capacitar o gestor público

Araçatuba
Barretos
Bebedouro
Botucatu
Bragança Paulista
Buritama
Cerquilha
Cesário Lange
Estância Turística de Itú
Estiva Gerbi
Guaraci
Hortolândia
Ipuã
Iracemápolis

Itajobi
Itápolis
Jaguariúna
Jundiá
Junqueirópolis
Limeira
Marília
Monte Azul Paulista
Osasco
Ourinhos
Palmital
Pedreira
Pirassununga
Pitangueiras

Porto Feliz
Praia Grande
Presidente Prudente
Quintana
Santa Adélia
Santana de Parnaíba
São Bernardo do Campo
São José dos Campos
São Simão
São Caetano do Sul
Sumaré
Tarumã
Várzea Paulista



Assim construímos o Município Forte

